

1 - Bandeiras Descobridoras e Povoamento de Goiás

I. As primeiras Bandeiras

Já no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições, percorreram parte do território do atual Estado de Goiás. Estas expedições, organizadas principalmente na Bahia, centro então da colonização, eram umas de caráter oficial destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particulares organizadas para a captura de índios.

São Paulo saíam as bandeiras que buscando índios, cada vez mais escassos, chegavam com frequência até ao extremo norte de Goiás, região do Estreito.

A primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?) a de Belchior Carneiro (1607-1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613); a de André Fernandes (1613-1615); a de Pedroso de Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666); a de Luís Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673). Esta

bandeira, a maior das saídas de São Paulo para Goiás, contava com uns 800 membros e se fixou na região da confluência do Tocantins e o Araguaia, dedicada preferencialmente à mineração.

Outro tipo de expedições eram “descidas” dos jesuítas do Pará. Os jesuítas tinham criado na Amazônia um sistema bem estruturado de “aldeias” de alcuturação indígena. Buscando índios para estas aldeias, os jesuítas organizaram diversas expedições fluviais, que subindo o Tocantins chegaram a Goiás.

Mas nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás.

II. Descobrimento de Goiás

O descobridor de Goiás foi Anhangüera. Isto não significa que ele fosse o primeiro a chegar a Goiás, mas sim que ele foi o primeiro em vir a Goiás com intenção de se fixar aqui, (1690 1718).

Bartolomeu Bueno da Silva, pai, experiente sertanista, era cego de um olho. Talvez deste defeito físico venha o apelido “Anhagüera”, de origem e significado discutidos. Quase todos os sertanistas eram apelidados pelos índios. Quanto ao fato de haver ateado fogo num prato de aguardente para amedrontar os índios a fim de que lhes mostrassem as minas, não se tratava de fato original. Era um ardil comum próprio dos exploradores. Segundo Pedro Tanques, linhagista

paulistanos, o primeiro bandeirante que usou este método foi Francisco Pires Ribeiro, sobrinho do Caçador das Esmeraldas.

A bandeira era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela de capital, que consistia, ordinariamente, em certo número de escravos. Os principais financiadores da bandeira foram João Leite da Silva Ortiz, genro do próprio Anhangüera, proprietário de Lavras em Minas, e João de Abreu, irmão de Ortiz.

III. Viagem da Bandeira de Anhangüera

A bandeira saiu de São Paulo a 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos.

Mas a bandeira se descaminhou quase desde o início. Surgiram muitas inimizades entre os chefes paulistas e os componentes da bandeira, quase todos “emboabas”. O roteiro, se existia, não ajudou para encontrar o caminho. Muitos foram morrendo de fome. Outros preferiam voltar em pequenos grupos para São Paulo.

O Anhangüera era um homem obstinado: disse que preferia a morte a voltar fracassado. No fim acabou tendo sorte. Numa das voltas da bandeira, quando já lhe restavam poucos companheiros, descobriu outro nas cabeceiras do Rio Vermelho — na atual região da cidade de Goiás.

A 21 de outubro de 1725, após três anos, voltaram triunfantes a São Paulo, propalando que tinham descoberto cinco córregos auríferos, umas minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

IV. Povoamento de Goiás

A primeira região ocupada foi a região do rio Vermelho. Fundou-se o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado Vila Boa, e mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território.

O povoamento determinado pela mineração de ouro é povoamento mais irregular e mais instável, sem nenhuma ordem. Quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece.

Três zonas povoaram-se assim durante o século XVIII com uma relativa densidade; uma zona no centro-sul, na “região do Tocantins”.

E, por fim, o verdadeiro norte da Capitania, ficava ainda sem nenhuma povoação; o sul e o sudoeste, todo o Araguaia e o norte desde Porto Nacional até o Estreito. A ocupação humana destas zonas processar-se-ia com a extensão da pecuária e da lavoura, durante os séculos XIX e XX.

2 - Economia do Ouro em Goiás

I. Goiás dentro do sistema colonial

Era o pacto colonial uma espécie de pacto implícito entre a metrópole e suas colônias em que ambas as partes devam e recebam numa troca de benefícios que se supunha vantajosa para todos. A metrópole dava, em primeiro lugar, proteção; a ela correspondia o dever de manter a ordem interna da colônia e defendê-la contra os inimigos exteriores.

A colônia, em troca, devia integrar-se como uma parte subordinada no sistema político-econômico da metrópole. A colônia se especializava em produzir “matérias-primas” e os exportava para a metrópole.

As capitanias de Minas foram durante o século XVIII Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Era interesse do governo — dentro da mentalidade mercantilista de especialização para a exportação, concentrar todo esforço na produção do ouro; com essa finalidade proibia ou dificultava outros ramos de produção. Poderíamos citar como exemplo a proibição de engenhos de açúcar em Goiás.

Durante os cinquenta primeiros anos; todos os esforços de capital em de mão de obra deveriam concentrar-se na mineração. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes — era também decorrente da mentalidade do povo.

Aqui, em Goiás, traduziu na supervalorização do “mineiro” e na pouca estima das outras profissões, especialmente do “roceiro”. Mineiro naquele tempo significava, não como hoje, aquele que trabalha na mina, mas o proprietário de lavras e escravos que as trabalhassem, assim como roceiro não significava o que trabalhava na roça, mas o proprietário de terras e escravos dedicados à lavoura, algo assim como o fazendeiro de hoje.

Ser mineiro, era a profissão mais honrosa, significava **status** social. Isto explica que fora da mineração não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas.

II. A mineração em Goiás

Dois tipos de jazidas auríferas foram exploradas no Brasil:

1. As jazidas sedimentares davam lugar ao que se chamava “mineração de cascalho o ouro de aluvião e 2) as formações rochosas com veios auríferos na pedra.

1.1 As jazidas sedimentares davam lugar ao que se chamava “mineração de cascalho”. O trabalho do mineiro consiste em arrancar o cascalho e peneirá-lo, para que o ouro, mais pesado que a areia, fique depositado no fundo. Para retirar o cascalho aurífero, às vezes recoberto por outras camadas sedimentares, costumava-se cercar e secar uma parte do rio, ou desviar a corrente, ou, em formas mais elementares, retirar o cascalho do fundo da água.

2. A “mineração de morro”, como era chamada a mineração na rocha primitiva, era muito mais cara, e tecnicamente mais difícil.

Praticava-se de duas formas: ou por meio de túneis e galerias — “mineração de mina” — ou cortando a montanha perpendicularmente — “talho aberto”.

III. O quinto em Goiás

De duas formas foi cobrado o imposto do quinto em Goiás” a “capacitação” e o quinto, propriamente dito.

A capacitação foi uma forma de cobrar o quinto instituída precisamente por temor ao contrabando. As autoridades pensaram que era mais fácil ocultar o ouro que os escravos, e determinaram que em vez de pagar-se pelo ouro extraído, se pagaria o imposto pelo número de escravos.

Este sistema de cobrança do quinto esteve em vigor 16 ano, de 1736-51; depois foi abolido pois os mineiros reclamavam que era injusto que todos pagassem o mesmo: o dono de uma lavra muito rica, em que o rendimento do escravo era alto, e o que trabalhava uma **data** pobre ou meio esgotada, que mal dava para pagar o custo do escravo.

Voltou-se, então, ao pagamento direto do quinto. O ouro em pó retirado das minas, corria como moeda na Capitania. Tudo se comprava ou vendia não com moeda cunhada, mas com ouro em pó pesado em pequenas balanças.

IV. A produção do ouro em Goiás

Quanto ouro produziram as minas de Goiás? Não é possível dizê-lo com certeza, pois não se conservam registros das lavras nem de sua produção.

Tampouco são completos os registros do quinto; entre 1726 e 1751 faltam bastante anos. Mas suprimindo os anos que faltam pelos dados conhecidos, podemos afirmar que o quinto, nos cem anos que vão até a

independência, subiu aproximadamente a 20.000 Kg. Sendo, portanto, a produção declarada de 100.000 Kg.

Mais grave era a decadência da produtividade, isto é, da produção de ouro por homem dedicado à mineração; a diminuição da produtividade iniciou-se já nos primeiros anos, mas começou a tornar-se um problema grave depois de 1750; nos dez primeiros anos, um escravo podia produzir até perto de 400 gramas de ouro por ano; nos 15 anos seguintes (1736-1750) já produzia menos de 300; a partir de 1750 não chegava a 200, e mais tarde, em plena decadência, a produção era semelhante à dos garimpeiros de hoje: pouco mais de 100 gramas.

Esta curva da produtividade nos explica que a mineração foi um negócio próspero até 1750, um empreendimento arriscado, mas ainda rendoso entre 1750 e 1770, um negócio ruinoso depois desta data.

V. A riqueza do ouro em Goiás

Não podemos comparar a produção das épocas antigas com a de hoje, pois a técnica tem multiplicado muitas vezes a produção e a produtividade.

Goiás foi o segundo produtor de ouro do Brasil, bastante inferior a Minas — Aproximadamente $1/6$ — e um pouco superior a Mato Grosso — talvez $10/7$.

A produção e a renda “**per capita**” não foram muito elevadas durante o período da mineração.

O ouro parecia uma grande riqueza que enganou aos contemporâneos, mas tendo em conta a população e os capitais empregados, os rendimentos não eram grandes.

Pouco deste ouro ficou no Brasil, nada ficou em Goiás. Em virtude do “pacto colonial”, como antes explicamos, os produtos do Brasil iam para Portugal que os vendia para o exterior; Portugal, em troca, enviava para o Brasil homens, administradores, exércitos, produtos comerciais, sobretudo produtos manufaturados.

Em Goiás, em 1800, além dos antigos índios, havia mais de 50.000 hab., havia cidades construídas, estradas e caminhos, fazendas em produção. O capital que pagou tudo isto foi o couro, e isto é o que ficou para Goiás da época do ouro.

3 - A Sociedade Goiana da Época do Ouro

I. Quadro administrativo: a Capitania de Goiás

Goiás fora descoberto por paulistas e era um terreno teoricamente pertencente à Capitania de São Paulo. Por isso, de início, foi considerado um território de minas dentro da Capitania de São Paulo.

Depois de vinte anos, Goiás tinha crescido tanto, em população e em importância, que não podia continuar sendo governado à distância por São Paulo. A Corte portuguesa decidiu tornar Goiás independente de São Paulo, elevando-o à categoria de Capitania. O território goiano passou então a ser denominado Capitania de Goiás, título que conservaria até a independência, quando se tornou Província.

II. A população de Goiás

A primeira informação sobre a população de Goiás são os dados da capitação de 1736. Dez anos, portanto, depois do início da mineração, havia em Goiás mais de 10.000 escravos adultos. O total da população? Menos de 20.000, pois os escravos deviam constituir mais da metade da população. Os dez primeiros anos de mineração instalaram em Goiás quase 20.000 pessoas que, abriram caminhos, cidades, colocando em atividade grande parte do território.

Em 1750, ao tornar-se Goiás capitania, os habitantes deviam ser pouco menos de 40.000. A população continuou aumentando, embora já um rítmico inferior: em 1783 havia em Goiás quase 60.000 habitantes; um aumento de mais de 50%.

Entre esta data e 1804, parece que a decadência da mineração se traduziu numa diminuição da população. Não se importavam mais escravos para suprir as mortes, bastantes brancos e livres emigravam para outros territórios. O censo de 1804 deu 50.000 habitantes para Goiás. Uma diminuição de quase 20%.

III A sociedade em Goiás durante a colônia.

A que se devia esta tendência à diminuição do número relativo de escravos nos territórios de mineração? A várias causas, decorrentes todas da própria decadência da mineração. Podemos analisar como mais importantes.

*** A diminuição ou estancamento na importação de escravos.**

Em Goiás deixaram de importar-se escravos a partir de 1775, pois a decadência em produção e produtividade das minas fazia com que os mineiros tivessem perdido todo crédito junto às companhias importadoras de escravos.

Não entretanto novos escravos, e sendo a taxa de natalidade entre eles bastante inferior à do resto da população, é lógico que a longo prazo a proporção da população escrava tendia a diminuir.

*** A diminuição da produtividade do trabalho escravo:**

Ao diminuir a produtividade, chegava um momento em que o trabalho escravo quase não pagava os próprios custos e, resultava mais barato, e sobretudo mais seguro, o trabalho assalariado ou semi-assalariado.

*** A compra da liberdade:**

O regime de trabalho do escravo nas minas era realmente duro e desumano, mas tinha algumas compensações com o respeito ao escravo destinado a outras ocupações. O escravo podia trabalhar para si em dias feriados e em horas extras.

*** A miscigenação:**

Pelos registros dos batizados, podemos constatar como esta situação era parecida em Goiás. Estes filhos de escrava com branco às vezes recebiam a liberdade no momento do batizado, outros ficavam escravos toda a vida.

*** O tipo de trabalho:**

O controle rigoroso do trabalho escravo, próprio à mineração e à lavoura de monocultura, era praticamente impossível na pecuária extensiva.

IV A vida do escravo:

A vida do escravo nas minas era extraordinariamente dura. Em primeiro lugar todos os males do garimpo: trabalho esgotador, má alimentação, as graves doenças. A isto há que acrescentar os males da falta de liberdade: arbitrariedades, castigos. Eram considerados mais como cousas que como pessoas.

Em consequência do árduo trabalho e da escassez de vantagens que habitualmente lhes cabiam por sorte – escreve Boxer –, a vida de um escravo trabalhador era, quase sempre, sórdida, brutal e curta. Um missionário capuchinho, italiano, que visitou a Bahia em 1682, ouviu contar que “o trabalho deles é tão pesado e seu sustento tão pequeno que se pode dizer terem vivido muito, quando agüentam sete anos”. Martinho de Mendonça, depois de fazer exaustivas investigações em Minas Gerais, no ano de 1734, declarou que os senhores não esperavam, normalmente, conseguir

mais de doze anos de trabalho dos escravos que compravam.

V - A sociedade mestiça

Ao mesmo tempo que diminuía o número de escravos, aumentava, como é lógico, o número de pretos livres ou “forros”. Na capitação de 1745, os negros forros, que pagaram capitação, foram 120, o quando o número de escravos chegava quase a 11.000. No recenseamento de 1804, os negros livres era em número de 7.936, 28% do total de pretos.

Maior era, ainda, a progressão dos mulatos. A ausência de mulheres brancas nas minas foi a determinante de uma mestiçagem, em grande escala, entre branco e preto, até então desconhecida no Brasil.

Em Goiás, pretos livres e mulatos só trabalhavam o indispensável para não morrerem de fome. Os brancos, por costume inveterado, faziam o mesmo.

Depois de algum tempo, havia mulatos em todos os níveis da sociedade: no exército, no sacerdócio, entre os grandes proprietários. Mas nem o negror livre, nem o mulato eram socialmente bem aceitos.

Escravos, negros e mulatos apareciam muitas vezes equipados nas expressões correntes e mesmo nos documentos oficiais, como formando a rale da sociedade.

VI - Classes Dirigentes

Os brancos foram sempre uma minoria, mas com a decadência da mineração, esta minoria foi-se tornando cada vez mais exígua. Ao acentuar-se a decadência, muitas famílias brancas migraram para outras regiões. Em 1804, os brancos constituíam pouco menos de 14% da população.

Os dias de apogeu da mineração foram breves. Então, ser rico, “mineiro poderoso” era possuir 250 escravos ou mais. Não faltaram mineiros que em Goiás possuíam este número de escravos. Com a decadência, tornaram-se raros os que tinham 12 escravos.

Mesmo entre os brancos a pobreza era geral, mas ser branco continuava sendo uma honra e um privilégio. “O branco, mesmo quando pobre, escrevia Eschwege na época da independência, não move uma palha, pois até na vadiagem encontra com que viver.

VII - Os índios

Ao tempo de descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território. Podemos citar entre as mais importantes: Caiapó, Xavante, Goiá, Crixá, Araés; Xerente, Carajá, Acroa...

Durante a época da mineração as relações entre índios e mineiros foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio.

Aldear os índios consistia em reuni-los em povoações fixas, chamadas aldeias, onde, sob supervisão da uma autoridade leiga ou religiosa,

*deviam cultivar o solo e aprender a religião cristã.
Em 1754, deu D. Marcos regimento a estas aldeias,
submetendo os índios a um rigoroso regime militar,
que gerou os piores resultados.*

4. Transição da Sociedade Mineradora à Sociedade Pastoril

Ao se evidenciar a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas por parte do governo, sem alcançar, no entanto, resultados satisfatórios.

A economia do ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica.

A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regressão a uma economia de subsistência.

I - Tentativas governamentais para o progresso de Goiás

Com a decadência ou desaparecimento do ouro, o governo português, que antes procurava canalizar toda a mão de obra da Capitânia para as minas, passou através das suas autoridades a incentivar e promover a agricultura em Goiás.

Vários foram, porém, os obstáculos que impediram seu desenvolvimento:

1º — legislação fiscal — os dízimos, temidos pelos agricultores, tanto na forma de avaliação, como na forma de pagamento;

2º — desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, muito pouco rentável;

3º — ausência de mercado consumidor;

4º — dificuldade de exportação, pelo alto custo do transporte e ausência de sistema viário.

Com a decadência, a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões.

Neste sentido, várias resoluções foram tomadas, embora, muitas delas permanecessem letra morta:

1º — Foi concedido isenção dos dízimos por espaço de tempo dez anos aos lavradores que nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão fundassem estabelecimentos agrícolas;

2º — Deu-se especial ênfase à catequese e civilização do gentio com interesse em aproveitar a mão de obra dos índios na agricultura;

3º — Criação de presídios à margem dos rios com os seguintes objetivos: proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar dos naturais para o cultivo da terra;

4º — Incrementou-se a navegação do Araguaia e Tocantins.

5º — Tentou-se desenvolver a navegação dos rios do sul de Goiás como Paranaíba e alguns de seus afluentes, a fim de se comunicar com o litoral, com mais facilidade.

6º — Revogou-se o alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia e extinguiu fábricas e manufaturas em toda a Colônia.

II - Novos aspectos administrativos

Por causa da enorme área geográfica de Goiás, vários capitães gerais haviam a divisão da capitania em duas Comarcas, a fim de facilitar a administração. No entanto, somente no ano de 1809, quando o Brasil já vivia o processo de sua emancipação política, foi o nosso território dividido em duas comarcas:

— A do sul — compreendendo os julgados de: Goiás, (cabeça ou sede) de Meia Ponte, de Santa Cruz, de Santa Luzia, de Pilar, de Crixás e Desemboque;

— A do norte — compreendendo os julgados de: Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), da Conceição, da Natividade, de Porto Imperial, de São Félix, de Cavalcante e de Trahiras.

Outra medida administrativa de real valor foi a criação do cargo de juiz de fora de Vila Boa, também no ano de 1809.

Antes a câmara da capital, a única da Capitania, portanto a única que administrava as rendas de todos os julgados, era formada por vereadores indolentes e presidida por juizes leigos, que não tinham consciência de seus deveres.

O estabelecimento de uma linha de correio da Corte para o Pará por via Goiás (1808) auxiliou o desenvolvimento da navegação e favoreceu as comunicações.

Antes, com a alta produção do ouro, os habitantes de Goiás viam passar com freqüência os tropeiros e mascates com suas mercadorias,

trazendo notícias do que acontecia nas capitâneas, no Brasil e até na Europa. Com a queda da mineração deixaram de vir a Goiás, cuja população ficou isolada durante muito tempo.

Estas novas medidas administrativas não deixaram de auxiliar a Capitania que se encontrava em condições difíceis, mas não resolveram seus grandes problemas, que eram de ordem econômica, social e cultural.

III - Conseqüências da decadência da mineração

A economia mineradora não só trouxe a idéia como a realidade da riqueza fácil. Em menos de 20 anos, regiões desconhecidas estavam povoadas, cortadas por tripeiros, entrando e saindo gêneros comerciais, desenvolvendo-se, em alguns aspectos, uma sociedade diferente da sociedade tradicional brasileira.

Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, numa técnica rudimentar, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza.

Esta evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem Sócio-Cultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o comércio; parte da população abandonou o solo goiano e parte se dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura.

Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária,

fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como: sal, ferramentas, etc.

5 - A Independência em Goiás

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deram oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

Especialmente sensível em Goiás foi a reação do Norte que, se julgando injustiçado pela falta de assistência governamental, proclamou sua separação do sul.

I - O processo da independência do Brasil e seus reflexos em Goiás

Após a volta de D. João VI para Portugal, o Brasil viveu um período de profunda crise política, pois suas conquistas econômicas e administrativas estavam sendo ameaçadas pelas Cortes Portuguesas.

Em Goiás a população rural permaneceu alheia a essas crises. Mas, elementos ligados à administração, ao exército, ao clero e a algumas famílias ricas e poderosas, insatisfeitos com a administração, fizeram germinar no rincão goiano o reflexo das crises nacionais. A atuação dos capitães gerais, às vezes **Prepotentes** e **Arbitrários**, fez nascer na capitania **Ogerisa** pelos

administradores. A causa maior dos descontentamentos encontrava-se na **Estrutura** da administração colonial. Os empregados públicos eram os mais descontentes: a receita não saldava as despesas e os seus vencimentos estavam sempre em atraso. Encontravam-se também entre estes elementos do clero, os mais intelectualizados da Capitania.

II - Primeiras manifestações contra a administração colonial

As insatisfações administrativas existiam, mas raramente se manifestavam. Foram as Câmaras que se manifestavam em primeira linha contra os Capitães Gerais, representantes diretos da metrópole. Em 1770 por ocasião da morte do Capitão General João Manoel de Melo, a Câmara elegeu uma junta governativa para substituí-lo. Em 1803 desentendeu-se com o Capitão General e pretendeu destituí-lo do poder. Nos dois casos, o Governo Metropolitano repreendeu severamente estas atitudes, sob a justificativa de que, “para se fazer eleições semelhantes, são sempre necessárias ordens terminantes, e positivas de S. M.

Teopos depois (1820) por ocasião da escolha dos representantes goianos à Constituinte Portuguesa, apareceram nas esquinas da cidade de Goiás **proclamações insubordinativas** contra a ordem constituída, sob a liderança do Padre Luiz Bartolomeu Marquez.

III - Constituição das Juntas Governativas e a Proclamação da Independência

Apesar da **ação repressora** do governador Sampaio, que se colocou contra a idéia de criação de uma junta Governativa, foi esse mesmo Governador obrigado pelas pressões de grupos políticos locais a ordenar à Câmara a eleição de uma junta Governativa, em cumprimento ao decreto de 18 de abril de 1820. Nesta primeira eleição, Sampaio trabalhou para ser eleito presidente da junta, o que de fato conseguiu: grupos políticos locais, insatisfeitos com a sua administração, desejavam, afastá-lo, Surgiram desentendimentos, brigas, que **culminaram** com sua **renúncia** e retirada da Província.

Elegeu-se nova junta Governativa. Foram seus integrantes: Álvaro José Xavier — Presidente, José Rodrigues Jardim, — Secretário, e os membros, Joaquim Alves de Oliveira, João José do Couto Guimarães e Raimundo Nonato Hyacinto, Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e Inácio Soares de Bulhões.

Processda a Independência do Brasil — 1822, esta não trouxe transformações, quer sociais, quer econômicas para Goiás. Operou-se teoricamente a descolonização. No dia 16 de dezembro, fez-se juramento solene à aclamação do Imperador Constitucional do Brasil — D. Pedro I

O primeiro Presidente de Goiás, nomeado por D. Pedro, foi Dr. Caetano Maria Lopes Gama, que assumiu o cargo a 14 de setembro de 1824.

IV - Movimento Separatista do Norte de Goiás

O movimento separatista do Norte representou uma continuação do movimento revolucionário da capitania de Goiás sob a liderança do mesmo Padre Luis Bartolomeu Marquez — **cognominado** O Apóstolo da Liberdade. Os grandes proprietários afirmavam que apesar de pagar os impostos, os benefícios do governo lá não chegavam. O povo vivia em completa miséria.

V - Um movimento nacionalista

Após a independência política do Brasil, **processou-se** uma luta surda entre brasileiros e portugueses pelo poder político e econômico do Brasil; D. Pedro I, como era português de nascimento, começou a ser favorável aos portugueses, inclusive colocando-os nos melhores cargos públicos e postos de confiança de seu governo.

Em Goiás como vimos, não houve mudanças marcantes de Colônia para o Império.

No aspecto econômico continuou o mesmo marasmo já registrado com a decadência da mineração, somente mais tarde vai a pecuária oferecer ligeiras modificações. No aspecto político, as transformações foram pequenas. Os goianos os identificavam com os detestáveis Capitães Generais de um passado próximo, que não se apagara.

O segundo presidente de Goiás, foi o português Miguel Lino de Moraes (1827-1831), homem inteligente e que provocou fazer uma boa administração.

Impulsionou o ensino, lutou pelo renascimento da mineração, criou uma empresa de exploração de minérios (Companhia dos Seis Amigos) na cidade de Goiás, fundou, também na mesma cidade uma fábrica de tecelagem (1828), incentivou a agricultura e a pecuária. De seu governo datam “as primeiras grandes exportações de rebanhos, sobretudo de gado vacum e cavalar”.

Com a abdicação de D. Pedro I, rebentou em Goiás um movimento de caráter nitidamente nacionalista, que alcançou vitória pelas condições da política geral do Brasil. Os líderes deste movimento foram o Bispo cego, D. Fernando Ferreira, Pe. Luís Bartolomeu Marquez e Coronel Felipe Antônio Cardoso.

Recebendo adesão e apoio das tropas, o movimento de 13 de agosto de 1831 alcançou seu objetivo, que era depor todos os portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás.

A consequência deste movimento de rebeldia foi a nomeação de três goianos para a presidência de Goiás, embora a Regência de início oficialmente o desaprovasse.

Foram estes os seguintes presidentes Goianos:

José Rodrigues Jardim, (1831-1837), Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1837-1839) e José de Assis Mascarihas (1839-1845).

6 - O Povoamento de Goiás e a expansão da Pecuária

Durante o século XIX a população de Goiás aumentou continuamente, não só pelo crescimento vegetativo, como pelas migrações dos Estados vizinhos. Os índios diminuíram quantitativamente e a contribuição estrangeira foi inexistente.

A pecuária tornou-se o setor mais dinâmico da economia.

I - Correntes Migratórias

A maioria dos mineiros que aqui permaneceu, após o desaparecimento do ouro como **empresa pré-capitalista**, vai dedicar-se a uma **agricultura de subsistência** e criação de gado.

A pecuária trouxe como consequência o desenvolvimento da população. **Correntes migratórias** chegavam a Goiás oriundas do Pará, do Maranhão, da Bahia, de Minas, povoando os inóspitos sertões.

No sudoeste novos centros urbanos surgiram, sob o impulso da pecuária: Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia, Quirinópolis.

No norte a pecuária trouxe intensa mestiçagem com o índio, que foi aproveitado como mão de obra na criação de gado. Em menor escala, também ocorreu a mestiçagem com o negro. Os habitantes desta região dedicaram-se não só a criação de gado, mas também a exploração do babaçu, de pequenos roçados, do comércio do sal (muito rendoso) e a **faiscarão**. Nasceram novas cidades e outras já existentes tomaram novos impulsos sob o **fluxo** da

pecuária: Imperatriz, Palmas, São José do Duro, São Domingos, Carolina, Arraias.

II - Cronologia do povoamento

Pelo exposto, viu-se que a economia minerada deu início ao processo de colonização de Goiás. Coube à pecuária desenvolver e aumentar sua população.

A partir dos anos 30 do século XIX foi a população aumentando, sob os auspícios da pecuária :

1849	–	79.000 habitantes;
1856	–	122.000 habitantes;
1861	–	133.000 habitantes;
1872	–	149.000 habitantes;
1890	–	227.000 habitantes;
1900	–	255.000 habitantes.

III - População Indígena

Necessário se faz mencionar os aborígenes, que contribuíram sobremaneira para a formação do grupo goiano, principalmente no Norte do Estado.

Saint-Hilaire afirma que por ocasião de sua viagem, Goiás era a Província que mais índios possuía “...

a população portuguesa derrama nesta capitania não fora nunca suficientemente intensa para aniquilá-los todos. Com muitos custo conseguiu-se reunir certo número em aldeias; os outros viviam inteiramente selvagens nas matas e nos lugares mais desertos”.

Infelizmente, nunca foi possível precisar o número exato dos silvícolas goianos, como de todo o Brasil. Com o passar dos anos a colonização trouxe o desaparecimento parcial dos naturais e a extinção total de muitos tribos.

IV - Imigração estrangeira

Não podemos deixar de mostrar a problemática da imigração européia.

Após a liberação do negro, grupos locais, identificados com interesse agrário, lutaram pela vida do imigrante europeu. O governo Montandon (1886) adquiriu do Vice- Presidente da Província, José Antônio Caiado, uma fazenda destinada a iniciar este tipo de colonização. Mas as terras eram muito ruins, e os imigrantes italianos não chegaram nem a vir para o território goiano.

Em 1896, o governo republicano de Goiás tentou mais uma vez impulsionar a imigração. Também sem êxito.

Somente nas primeiras décadas do século XX se iniciou a imigração européia em Goiás, em moldes muito modestos.

Em 1920, três núcleos coloniais mais importantes desenvolveram-se em Goiás: um de italianos em Inhumas; outro também de italianos no município de Anápolis (Nova Veneza); o terceiro, de portugueses, na fazenda Capim Puba no atual município de Goiânia.

Em 1924, organizou-se a colônia de Uvá. 300 famílias, num total de 299 pessoas, instalaram-se no referido núcleo, as demais dispensaram-se.

Em Anápolis, no ano de 1929 formou-se um núcleo de 7 famílias japonesas. Nos anos seguintes juntaram-se outras famílias; estes pequenos grupos prosperaram pelo seu trabalho sistemático e pelas semelhanças de clima e solo. Foram estas as primeiras levas de colonos europeus que vieram para Goiás.

As condições sócio-econômicas do Brasil não possibilitaram uma ação administrativa satisfatória em Goiás, durante o século XIX. A política goiana, por outra parte, era dirigida por Presidentes impostos pelo poder central. Somente no fim do período em referência, começou a adquirir feições próprias. Coexistiu no aspecto cultural um verdadeiro vazio.

7 - Panorama Administrativo Político Cultural de Goiás Durante o Império

I - Panorama Administrativo

A primeira Constituição Brasileira foi promulgada a 25 de março de 1824. Esta carta política regeu todo o Brasil até a proclamação da República em 1889.

Em Goiás os presidentes exerciam grande influência na vida política. Eram eles de livre escolha do poder central, sem vínculos familiares à terra, descontentando os políticos locais.

A Assembléia Provincial e a Câmara dos Vereadores funcionavam de acordo com as ordens e interesses dos Presidentes da Província.

Condicionado por uma série de fatores, Goiás teve vida medíocre no transcorrer do século XIX. Não participou do surto desenvolvimentista do Brasil, permanecendo a partir da década de 50 em estagnação e sem aceleração depois dos anos 70.

Seus administradores quase nada conseguiram fazer. Lutaram para normalizar a navegação do Araguaia – Tocantins, com pequenos êxitos; tentaram estender os trilhos de ferro aos sertões goianos, mas não conseguiram.

II - Panorama Político

Nas últimas décadas do século XIX, grupos locais manifestaram-se com a administração e responsabilizaram os Presidentes “Estrangeiros” pelo grande atraso de Goiás e passaram a lutar pelo nascimento de uma consciência política. Sob pretexto de afastar o “Oficialismo Político” e assim enfeixar nas mãos o poder, fundaram os partidos políticos _ Liberal (1878) e Conservador (1882). Os jornais Tribuna Livre, Publicador Goiano, Comércio, Goyaz, foram propulsores destas idéias e interesses.

Após esta tomada de consciência, verificou-se relativa mudança no panorama político de Goiás . Representantes próprios foram enviados á Câmara Alta: André Augusto de Pádua Fleury, José Leopoldo de Bulhões Jasmim, Cônego Inácio Xavier da Silva e outros.

A consequência de tais movimentos foi a fortificação de grupos políticos locais, lançando as bases das futuras oligarquias goianas.

A vida política de Goiás na última década do Império foi muito agitada, em decorrência das crises nacionais e dos choques de interesses dos grupos locais.

III - Panorama Cultural

Pode-se afirmar que a educação em Goiás no século XIX foi inexistente . A cultura era própria do clero e inexpressiva.

Coube a Pombal instituir as chamadas aulas régias e criar o subsídio literário .

O primeiro professor oficial _ Bartolomeu Antônio Cordovil_ iniciou sua tarefa, muitos anos depois, em 1787 .

No fim do século XVIII, existiam em Goiás oito professores. Praticamente não existiam escolas, considerando o número de seus habitantes: 50.574.

O ensino secundário passou a dar os seus primeiros passos com a criação do Liceu de Goiás em 1846 . No entanto, este estabelecimento não atendia aos jovens do interior da Província. Aqueles de maiores posses iam para Minas concluir seus estudos, os outros, grande maioria, ficaram como tinham nascido: analfabetos quando muito aprendiam as primeiras letras.

São Paulo era a cidade eleita para os estudos superiores, uma vez que o curso jurídico era, na maioria das vezes, o preferido.

Em 1882, foi criada a primeira Escola Normal de Goiás. O currículo desta escola era voltado para as matérias experimentais: física, química, zoologia, botânica, pedagogia, sociologia, língua portuguesa, etc. Seu funcionamento encontrou vários obstáculos e pouco tempo duro.

No transcorrer da década de 80, o ensino em Goiás passou por reformas, sofrendo ingerência de interesses políticos e da filosofia Comteana.

Quanto ao desenvolvimento cultural de Goiás, operou-se também em passos lentos, como reflexo de sua limitada vida Sócio- Econômica.

IV - Panorama Histórico Econômico De Goiás:1722 - 1930

O processo de colonização de Goiás se fez em função de economia de mineração, ditada pelo sistema mercantilista, dentro da economia do ouro do Brasil.

No Brasil é denominado a século do ouro, Primeiramente se descobriram as minas de Cuiabá, e em seguida as de Goiás. Com a descoberta do ouro no território goiano, através da expedição de Bartolomeu' Bueno da Silva, fez- se a ocupação inicial da região, então, normalmente onde havia ouro e água eregia- se um pequeno povoado. Dessa forma, faz- se a ocupação da região Centro- Sul de Goiás – referimo-nos ao estado de Goiás, antes da atual divisão enquanto permaneceram totalmente despovoadas as regiões do extremo norte e sudeste da capitania.

A partir do crescimento demográficos de Goiás, da ocupação, inicial da terra, há necessidade de se criar uma capitania em separado da capitania de São Paulo. Em 1749, Goiás se torna uma região independente, passando a Ter governo próprio, porque até então era administrado de longe do Ouvidor, que era o Chefe da Justiça e do Intendente, que era o encarregado das finança, responsável pelo controle da arrecadação do ouro em Goiás.

8 – Movimento Liberais e a Implantação de República em Goiás

I - A escravidão e o movimento libertário

A escravidão negra sustentou a exploração do ouro em Goiás.

No apogeu desta fase (1726-1778), as estatísticas mostraram a superioridade numérica do negro sobre o branco.

Para os primeiros tempos do povoamento, pode-se avaliar uma relações de três para um entre escravos e livres, havendo que considerar entre livres mulatos e forros.

A última ilusão de ouro em Goiás foram as Minas de Anicuns (1807). A falta de escravos para trabalhar nestas minas levou a aceitar o trabalho livre assalariado.

Quando a escravidão deixou de ser o fulcro da produção e pela conjuntura nacional o preço do escravo ficou muito alto, os fazendeiros perceberam que pagar um trabalhador por baixo preço era mais lucrativo. Concomitantemente foram grassando na sociedade goiana os sentimentos humanitários de libertação do negro.

II - Felix de Bulhões, o Castro Alves goiano.

Felix de Bulhões, foi um dos goianos que mais batalhou pela libertação dos escravos. Em 1885, fundou o jornal **O Libertador**, que teve como principais, objetivos libertar, integrar e educar o negro no contexto

social. Promoveu festas, angariou dinheiro para alforriar escravos. Era poeta. Compos o Hino Abolicionista Goiano. É chamado Castro Alves Goiano pela sua grande atuação em benefício à liberdade do negro. Sua morte ,ocorrida em março de 1887,levou várias sociedades emancipadoras, já constituídas em goiás a se unirem,fudando a Confederação Abolicionistas Felix de Bulhões.Seus frutos foram positivos.Libertou Muitos escravos.

A Lei libertou em toda província Goiana aproximadamente 4.000 escravos.Numero insignificante para uma população que já alcançava cifra superior a 200.000 homens.

III - O movimento republicano em Goiás

O Movimento republicano no Brasil Somente tomou Alma e corpo a partir de 1870, justamente na década em que processavam transformações de ordem sócio econômica: Surto cafeeiro, desenvolvimento do crédito bancário,impulsos a industrialização,decadência da mão de obra escrava,incremento á imigração européia,urbanização, desenvolvimento do mercado interno,etc.

Em Goiás, graças à sua estrutura sócio-econômica e cultural, as manifestações republicanas foram tardias e inexprecivas.

IV - Guimarães Natal- um republicano histórico.

Em 1822, em decorrência do partido Liberal Goiano, Manuel Alves de Castro Sobrinho, fundou o jornal, O Bocayuva que embora tenha circulado apenas sete vezes, trabalhou pelo ideal republicano. No dia seguinte, um

jovem, que se formara na escola de Direito de São Paulo, trouxe para a província goiana a efervescência desta chama revolucionária.

Era de Joaquim Xavier Guimarães Natal. Fez renascer o Bocayuva e batalhou pela divulgação de seus ideais, na época denominados Subversivos.

Tendo como principal escopo-maior desenvolvimento de Goiás, lutou pela federação, abolição liberdade de ensino, liberdade de religião, eleições democráticas, etc.

Nas pugnas eleitorais, seus candidatos não ganhavam votos.

O Brasil federal(1887), foi outro jornal republicano fundado e dirigido pelo mesmo líder - Guimarães Natal.

V - Implantação do Regime Republicano em Goiás

Como Goiás ainda não tinha telégrafo, a notícia da Proclamação da república aqui chegou através de uma carta vinda de franca, no dia 28 de novembro.

A nova proclamação colheu de surpresa todos os políticos da província. O povo não participava da vida política, portanto o 15 de Novembro nada representou para ele.

Os efeitos do 15 de novembro em Goiás prenderam – se as questões administrativas e políticas. Os fatores sócio- econômico e culturais não sofreram abalo: O liberto continuou flutuante, caminhando para o marginalismo social; as elites dominantes continuaram as mesmas; não ocorreu a imigração européia; os latifúndios improdutivos, áreas imensas para povoar e explorar; decadência sem se pensar em modificar a estrutura de produção; pecuária e agricultura deficitárias; educação em estado embrionário;

povo esquecido em suas necessidades, mas usado pelos hábeis políticos, que baixavam decretos em seu nome.

VI - Crises políticas e elites dominantes

Pelo fato de ser Guimarães Natal cunhado dos Bulhões, a República em Goiás não trouxe modificação na liderança política.

Os Bulhões continuaram donos do poder como na fase na qual ascendiam os liberais na área nacional. Agora ,com maior margem de mando, graças à autonomia do estado oferecida pelo novo regime – Federação.

Os primeiros anos de Goiás República estão cobertos de lutas pelo poder político. São elas, em parte, reflexo da conjuntura nacional.

O Governo provisório nomeou presidente do Estado Tenente Coronel Bernardo Vasques, que, no entanto, nem chegou a tomar posse.

No dia 25 de Fevereiro de 1890, Gustavo Augusto da Paixão, assumiu a Presidência do novo Estado.

Os Bulhões desejosos de galgar o Executivo, embora mantendo relações amistosas com Paixão, conseguem, através de Campos Salles e Francisco Glicério, sua demissão, que se efetuou a 12 de Janeiro de 1891.

Na impossibilidade de assumir o governo o 1º Vice- Guimarães Natal, tomou posse Bernardo Antônio de Farias Albernaz (2.º Vice).

O segundo ministério do governo de Deodoro (Ministério - Lucena) fez nova nomeação de Presidente e vice Presidente para Goiás Recaiu a escolha nos goianos João Bonifácio Gomes de Siqueira e Constâncio Ribeiro da Maia (Grupo Fleury)

Empossado João Bonifácio a 30 de Março de 1891, procurou administrar imparcialmente, mas velho e cansado, sofrendo pressões das diferentes facções, renunciou no dia 19 de maio de 1891. O novo Presidente foi Constâncio Ribeiro da Maia.

Com a renúncia de Deodoro (23 de novembro de 1891) o cenário político goiano se transforma. Voltam ao poder os Bulhões.

VII - Grande crise da Constituição goiana

Uma das primeiras preocupações de Junta Governativa, aclamada a 1.º de Dezembro, foi a escolha dos representantes goiano à Constituinte Nacional.

Foram nossos representantes:

Senadores: José Joaquim da Sousa e Antônio Amaro da Silva Canedo.

Deputados: José Leopoldo de Bulhões, Sebastião Fluery Curado e Joaquim Xavier Guimarães Natal.

Choques entre o legislativo e o executivos geraram a primeira grande crise política de Goiás República – crise da Constituição. Goiás teve duas Constituições, a dos Bulhões e a dos Fleury.

Após a renúncia de Deodoro, prevaleceu a Constituição de 1.º de junho de 1891, também conhecida pelo nome de Constituição dos Bulhões.

VIII - Elites Dominantes - Bulhões e Jardim Caiado.

Com o Marechal de Ferro no poder Central, os Bulhões consolidaram seu domínio na política de Goiás. O grande líder desta oligarquia foi José Leopoldo.

No ano de 1904, ocorreu fracionamento do grupo, sob a liderança de Xavier de Almeida, que conseguiu afastar momentaneamente os Bulhões do poder.

No entanto, em 1908, em decorrência da sucessão senatorial, Goiás viveu clima de intranquilidade política, desaguando numa revolução (1909).

Nesta luta saíram vitoriosos, mais uma vez, os Bulhões, a esta altura apoiados por Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado, que posteriormente, se tornaram fortes como políticos não só na área regional como na nacional.

Maio de 1909 pode ser conhecido na história política de Goiás como o renascimento do mandonismo bulhônico. Foi reconhecido presidente do Estado, para o quadriênio 1910-1913, Urbano de Gouvêa, cunhado de José Leopoldo; este se elegeu, mais uma vez, Senador da República de Goiás.

Permaneceu nesta função até o ano de 1918, quando não mais conseguiu se reeleger.

Foram desentendimentos entre o grupo bulhônico e os Jardim-Caiado e o apoio da política de Hermes Fonseca a estes, que levaram a oligarquia dos Bulhões à derrocada.

A partir de 1912, a elite dominante na política goiana, vai ser a dos Jardim-Caiado, popularmente conhecida como Caiadismo. No se início os documentos registram “política Eugenista”.

Antônio Ramos Caiado fez presidente do Estado, fez deputados, se fez sempre senador da República e fez aprovar leis de acordo com seu interesse político e pessoal.

Somente foi afastado do poder quando o movimento renovador de 1930 tornou-se vitorioso. Em Goiás seu grande opositor foi o médico Pedro Ludovico Teixeira.

9 - Goiás Até a Revolução de 30

I - Situação Geral do Estado

Em 1925, o capitão Cordolino de Azevedo, goiano, residente no Rio, empreendeu uma viagem nostálgica a Goiás, depois de 30 anos de ausência. Para ele Goiás atravessava uma grande fase de progresso, inaugurava-se uma nova era para a terra goiana.

As principais razões do progresso goiano enumeradas pelo capitão eram:

- Comunicações – A chegada da estrada de ferro a Goiás tinham revolucionado as comunicações.
- Economia – A estrada de ferro estava produzindo uma extraordinária expansão da economia goiana.

- Governo – O Estado de Goiás era um dos poucos estados da União com finanças saneadas, com constantes superavit orçamentários.

Esta visão otimista do capitão não parece confirmada pela realidade: até 1930 o Estado de Goiás continuava fora da corrente de progresso.

II - Comunicações

Em 1824 entrou em Goiás o primeiro carro de bois, proveniente de Minas.

O telegrafo chegou a Goiás em 1891 supôs um enorme avanço na transmissão de notícias.

Dois grandes inventos tinham revolucionado as comunicações durante o século XIX: no setor das comunicações marítimas – o navio a vapor; no setor das comunicações terrestres – a estrada de ferro.

Significava o transporte “rápido e barato”, indispensável para o progresso econômico e social. Mas somente chegou a Goiás em 1913.

Embora um grande avanço para as comunicações com o exterior, os 300Km, de estrada de ferro não poderiam significar grande coisa para um Estado de mais de 600.000 quilômetros quadrados.

No século XX, um novo invento veio revolucionar os transportes: o automóvel.

O primeiro automóvel parece ter chegado a Goiás em 1907. A primeira estrada de rodagem foi inaugurada em 1921. O progresso neste

sentido foi também lento: em 1930 o movimento de veículos nesta estrada, a principal do Estado, era de apenas dez por dia, entre carros e caminhões.

III - População

A população do Estado aumentava rapidamente. O censo de 1900 deu a Goiás uma população de 255.284 habitantes; e o de 1920, registrou 511.919.

A região mais povoada era o sudeste, pela maior proximidade do Triângulo Mineiro e presença da Estrada de Ferro. Catalão com 35 mil habitantes era em 1920 o município com maior população.

IV - Felix de Bulhões Economia

A economia era uma economia quase exclusivamente de subsistência; a produção era local e para o consumo, sendo muito pequeno o comércio interno e a circulação monetária.

A grande massa da população trabalhava na agricultura. A criação de gado era, contudo, o setor mais dinâmico da economia, por ser o gado em pé o produto de mais fácil exportação e quase o único exportado em quantidade apreciável.

Entre 1920-1929, o gado vivo significou quase a metade de todas as exportações e 27,69% da arrecadação total do Estado.

Com a construção da Estrada de Ferro, a produção de arroz para a exportação aumentou rapidamente; no período 1928-1932, a exportação de arroz já alcançava a metade do valor da exportação de gado.

Também crescia a exportação de café.

A indústria e os serviços continuavam sendo atividades economicamente pouco significativas.

A economia em seu conjunto continuava, pois, sendo uma economia de subsistência. A escassez de moeda e meios de pagamento, a inexistência de vida urbana, e a dificuldade de comunicações impedia a produção para o exterior mediante a exportação. Goiás no período da República Velha, permaneceu estagnado.

V - Regime de Propriedade: Classes Sociais

Em todo o estado, continuava dominando a grande a propriedade rural, o latifúndio; só as grandes fazendas podiam vender algum excedente à dinheiro, com que comprar o sal, aramar, pólvora e chumbo, e outras poucas coisas imprescindíveis para a vida e não produzidas na própria fazenda.

Em Goiás a terra valia muito pouco, e rendia ainda menos. A produtividade da terra, e sua conseqüente valorização, só se dariam em Goiás com a criação de um mercado consumidor em decorrência do processo de urbanização.

VI - Governo: Administração

No aspecto político, o governo tinha sua autonomia bastante reduzida pela prepotência local dos “coronéis” no interior. Quase poderíamos dizer que o governo só exercia sua jurisdição plenamente na capital; os coronéis, o vigário e o juiz eram mantenedores da ordem social.

As distâncias, a pobreza de meios econômicos, a carência de um corpo de funcionários adequado são as causas do enfraquecimento do poder central do Estado.

Outra característica, talvez ainda mais importante, do poder público nesta época é a limitação dos objetivos do governo. Neste aspecto, os governos de Goiás até a revolução de 1930 estão muita mais próximos do tipo de governo colonial que dos governos atuais.

Junto aos deveres fundamentais da ordem e da legalidade, pouco a pouco, ia-se desenvolvendo em Goiás a consciência de que era uma obrigação do governo cooperar no ensino, preocupar-se das comunicações, velar pela saúde pública, etc.

Mas estas eram por parte do governo preocupações ainda remotas, e por parte do povo exigências por muito poucos formuladas.

A transformação do conceito e do âmbito de ação do poder público, que é uma das revoluções mais profundas operadas durante a história contemporânea, só começariam a manifestar-se em Goiás em decorrência da

revolução de 1930, que vitoriosa no âmbito nacional, lançou seus frutos positivos em Goiás.

10 - A Revolução de 30 e a Construção de Goiânia

A revolução de 30, não se operou, imediatamente, no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor-se como objetivo primordial o desenvolvimento do Estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanhavam, e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica.

I - Revolução de 30 em Goiás

A revolução de 30 foi uma revolução importada em Goiás. Nem poderia ser outra maneira.

Ela não foi uma revolução popular, nem se quer uma revolução de minorias com objetivos sociais. Foi portanto, uma revolução feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente(Minas Rio Grande do Sul),de militares (Grupos tenentista) e das classes médias, sem uma ideologia determinada.

Em Goiás a revolução teve como ponto de apoio parte da classe dominante descontente.

A falta de comunicações acentuava a impossibilidade do surgimento de uma oposição organizada.

Os pequenos núcleos de oposição, que se tinham formado durante a última década (em Rio Verde e Inhumas e Anápolis), eram mais expressão de personalidades descontente que uma verdadeira oposição.

As eleições eram totalmente controladas pelo Governo(o que tirava toda esperança de derrubar o governo por meios legais). E a ação da polícia militar, tornando a vida difícil para os oposicionistas mais recalcitrantes, completam a explicação da inexistência de uma oposição consistente em Goiás.

A crise do 29, que foi o catalizador de todos os descontentamentos para fazer eclodir a revolução, não fez sentir efeitos aqui por falta de uma economia organizada e dependente de um ativo comércio.

Por todas estas razões, a participação efetiva de Goiás na revolução limitou-se à ação pessoal do Dr. Pedro Ludovico. Ao explodir a revolução a 4 de Outubro de 1930, reuniu um grupo de 120 Voluntários no triângulo Mineiro, com que intentou invadir a região do Sudoeste de Goiás.

Pedro Ludovico preso. Logo depois a revolução triunfava no resto do País. Uma coluna procedente de Paracatu, comandada pelo coronel Quintino Vargas chegou até a cidade de Goiás e o médico mineiro Carlos Pinheiro Chagas tomou o poder.

II - Governo revolucionário

A revolução colocou em Goiás um governo provisório composto de três membros: entre eles estava, o Dr. Pedro Ludovico. Três semanas depois, foi nomeado interventor, imaginou durante 15 anos Pedro Ludovico governaria pessoalmente Goiás.

A revolução não provocou nenhuma mudança social, no campo político um movimento moralizador: a comissão. A comissão de sindicância devia apurar os crimes contra o patrimônio do Estado, a coação contra os “elementos Liberais”, a violência e abuso de autoridade e fraude nas eleições.

Com respeito a este objetivos, a revolução trouxe para Goiás uma revolução política. Muitos jovens, politicamente novos, mais desinteressados e ansiosos em trabalhar pelo progresso do Estado, passaram a ocupar os cargos de governo. Mas os longos anos de ditadura, haveriam de seguir-se.

Há um aspecto, contudo, em que as transformações foram profundas e decisivas: o estilo de governo. O governo passou a propor-se como objetivo primeiro de sua gestão, a solução dos problemas do Estado em todas as ordens, dando especial ênfase ao problema do desenvolvimento, exemplos: transporte, educação, saúde pública, exportação.

O grande empreendimento do Estado, foi a construção de Goiânia.

III - O Problema da Mudança da Capital

Já desde os princípios tempos da história de Goiás, localização da capital tinha constituído um problema: o primeiro governador de Goiás, Conde dos Arcos, respondendo a uma consulta do governo português, informa que o traslado da capital de Vila Boa (Cidade de Goiás) para Meia Ponte (Pirenópolis) seria bastante benéfico para a Capitania, pois o clima de Vila Boa e sua situação geográfica eram muito inferiores aos de Pirenópolis.

Estas acusações contra a cidade de Goiás, a insalubridade de seu clima e sua má localização para servir de centro administrativo da Província e depois do Estado, foram várias vezes repetidas durante o século XIX, por alguns Presidentes.

Contudo, Goiás continuava sendo a capital.

As razões que se opunham à mudança da capital eram:

1) de parte do governo: o gasto público que isto suporia, todos os edifícios públicos teriam de ser construídos de novo; haveria que empregar grandes somas na construção da nova capital e o governo estadual era tão pobre que não podia pensar em gasto algum extraordinário.

2) de parte da população: a oposição composta tanto por motivos sentimentais, como pelo prejuízo econômico que se teria da mudança. A “desvalorização” das casas, dos negócios e das terras era temida por todos.

Por isso a mudança não poderia processar-se em tempos normais, a oposição era demasiado forte. Só uma transformação violenta das estruturas políticas poderia reabrir o problema da mudança.

Foi o que aconteceu com a revolução de 30.

IV - Influência do Movimento de 30 no Ideal Mudancista

A situação do novo governo, nascido da revolução, era radicalmente diferente com respeito ao problema da mudança da capital.

A cidade de Goiás era o centro de poder da oligarquia deposta pela revolução – trasladar a capital para outro lugar reforçava o novo governo do ponto de vista político e psicológico.

Não havia que temer a oposição, pois o governo revolucionário nem dependia dos votos dos eleitores, nem devia favores aos governos passados.

Para criar uma nova era nenhum símbolo melhor que criar uma nova capital.

Em junho de 1932, Pedro Ludovico, declarou publicamente que o problema da transferência da capital estava sendo estudado e seria resolvido em breve.

Em outubro, já viajava para o Rio buscando apoio político e financeiro do governo federal à construção da nova capital.

IV - Etapas da Construção de Goiânia

A mudança da capital não era apenas um problema na vida de Goiás. Era também a chave, o começo de solução de todos os demais problemas. Mudando a sede do governo para um local que reunia todos os

requisitos de cuja ausência absoluta se ressentia a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central.

“O governo não considerava a construção de uma nova capital um gasto, mas um investimento necessário para o desenvolvimento.”

Nenhum obstáculo foi capaz de impedir a construção: nem a forte oposição política, nem a dificuldade de construir uma cidade num lugar tão afastado, com pouco dinheiro, e sem contar com uma infra-estrutura industrial.

A 24 de outubro – como homenagem à revolução – teve lugar o lançamento da primeira pedra.

A partir deste momento, a construção progrediu rapidamente.

A 7 de novembro de 1935, realizou-se a “mudança provisória”: o governador – Pedro Ludovico – deixou Goiás, para fixar sua residência em Goiânia.

Em Goiás, ficaram ainda a Câmara e o Judiciário. A mudança definitiva, teve lugar em 1937, quando os principais edifícios públicos já estavam concluídos.

Cinco anos depois, em julho de 1942, foi realizado o “batismo cultural” de Goiânia, com grandes festas e a celebração de vários congressos de ordem nacional.

A cidade contava com mais de 15.000 habitantes, o dobro que a cidade de Goiás com seus 200 anos.

V - Goiânia e Desenvolvimento de Goiás

O problema do desenvolvimento é muito mais complexo e de muito mais lenta solução do que supunham os homens da Revolução de 30.

Em 1942, com efeito, Goiânia, “chave do desenvolvimento geral de todo o Estado”, era uma cidade perfeitamente estabelecida, e o orçamento estadual subia já a 26.000 contos (mais de cinco vezes o orçamento de 1930), mas o desenvolvimento do Estado estava longe de ser satisfatório. Para tomar um único índice: o censo de 1940 constatou que entre 563.262 pessoas de mais de 10 anos, só 148.937 sabiam ler e escrever.

As comunicações, a saúde, a instrução, a carência de indústria, a baixa produtividade na agricultura e na pecuária, a descapitalização da economia, a estrutura da propriedade etc., etc., eram problemas ainda intactos, trabalho para várias gerações.

A Revolução de 30, e sua obra principal em Goiás: a construção de Goiânia, podem considerar-se começo de uma nova etapa pelos rumos que marcaram mais que pelas realizações imediatas.

A construção de Goiânia, uma das grandes obras do Brasil na época, devolveu aos goianos a confiança em si mesmos. Em vez de pensar-se na grandeza do passado, começou a pensar-se na grandeza do futuro.

Ao mesmo tempo, a construção de Goiânia significava um primeiro grande impulso para a transformação da economia e da política econômica.

O governo, até então preocupado quase unicamente em manter a ordem, promoveu, pela primeira vez em Goiás, uma obra de grande envergadura, que mobilizou as energias latentes.

A Construção de Goiânia, promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação dentro do Estado e com outros Estados: favoreceu a imigração, e conseqüentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano, que se não chegou a constituir-se em centro industrial – como esperava os construtores.

Por isso, a Revolução de 30 e construção de Goiânia, podem ser tomados como marco de uma nova etapa histórica para Goiás.

11 - Goiás Atualidade: 1940 – 1970

I - A População

A alta taxa de natalidade da população do Estado e o aumento da imigração determinaram, neste período, que o crescimento da população se processasse num ritmo acelerado.

A imigração, durante esta década 1940-1950, também alcançou um elevado índice, que determinou, somado ao aumento vegetativo, um crescimento global, um crescimento global da população de 3,9% anual.

Mais rápido ainda foi o crescimento da população na década seguinte, alcançando a taxa de 4,9%. Os fatores que influíram fortemente foram: a construção de Brasília e a diminuição do índice de natalidade.

Em 1970 a população de Goiás se aproximava já dos três milhões. Estes dados indicam que a população de Goiás se multiplicou por seis nos últimos cinquenta anos.

Este crescimento rápido da população, estimulado pela forte migração, embora a longo prazo se traduza em maior desenvolvimento, a curto prazo pode conduzir a variados impasses. Segundo Otávio Lage: “As emigrações trazem consigo boas e más conseqüências. Para a economia da região, melhoram os índices de mão-de-obra, ampliam as fontes de riquezas, etc.: entretanto, contribuem para o aumento da demanda insatisfeita de serviços sociais, escolas, energia, estradas, saneamento e habitação, sobrecarregando os governos.

II - Distribuição da População

Na realidade, a distribuição da população é muito desigual, quase a metade do Estado tem uma densidade entre 1 e 2 hab./Km².

As regiões homogêneas formadas de Norte e Sul. Pois bem, as oito primeiras micro- regiões com 61% do território tem apenas 27% da população, enquanto o Mato Grosso Goiano, décima região, concentra mais de um terço da população do Estado com 28,69hab./Km².

Também apresentam uma forte concentração populacional as três regiões do extremo sul: Meia Ponte (7,8hab/Km², Sudoeste Goiano (6,4) e Paranaíba (8,79).

As vias de comunicação e a proximidade maior ou menor dos grandes centros econômicos tem determinado uma distribuição da população totalmente diferente à causada pela mineração no século XVIII, e pela pecuária no século XIX.

III - Urbanização

O processo de urbanização foi acelerado com a revolução industrial. A concentração de mão-de-obra para as indústrias determina o crescimento rápido das cidades.

Em Goiás o censo de 1940, que foi o primeiro em fazer a distinção entre população urbana e rural, dava para o Estado 14,6% de população urbana e rural, dava para o Estado 14,6% de população urbana 85,4% rural. Devemos notar, contudo, que o índice de ruralidade era ainda bastante mais elevado, pois o critério adotado pelo IBGE de considerar população urbana a residente na sede dos municípios computa como urbana a população de pequenas cidades e vilas. Apesar disto, havia municípios, como Goiatuba, onde o índice de ruralidade subia até 97,12%. Só quatro cidades passavam dos 7 mil habitantes (Goiânia, 15 mil, Anápolis, 9.500, Goiás, 8 mil e Ipameri 7 mil) e outros quatro (Rio Verde, Silvânia, Catalão e Piracanjuba) excediam em poucos os três mil.

IV - Economia: Predomínio do Setor Rural

“Da população economicamente ativa, 83,69% estavam ocupados em 1950 no “setor primário”, em sistema de trabalho rudimentar: 4,17% no “setor secundário”, e ainda incipiente: e 12,14% no “setor terciário”.

A indústria continua sendo de pouca expressão em Goiás para a formação de riqueza e oferecimento de empregos: sua participação na renda estadual é quatro vezes menor que a média nacional.

A agricultura e a pecuária, representam, 57% e 40% respectivamente do setor primário. A agro-pecuária concentra 69% da mão-de-obra total.

A agricultura do Estado se baseia em três produtos principais: arroz, milho e feijão.

V - Governo: Administração

A falta de capitais e de uma tradição empresarial tornavam a ação do governo insubstituível para por em marcha e ativar os mais variados aspectos do desenvolvimento.

O envolvimento do governo do Estado foi dando-se gradualmente, a partir da construção de Goiânia; mais intensamente na década de 50, com a criação do Banco do Estado e a CELG.

O governo Mauro Borges foi o primeiro a propor-se como diretriz de ação um “Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás” abrangendo todas as áreas: agricultura e pecuária, transportes e comunicações, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, levantamento de recursos naturais, turismo, aperfeiçoamento e atualização das atividades do Estado.

Em Goiás a tributação per capita multiplicou-se por mais de seis, durante os quatro últimos anos.

Governo Mauro Borges levou a cabo a Reforma Administrativa. Essa reforma criava, paralelamente ao corpo administrativo do Estado, propriamente dito, os serviços estatais autônomos e paraestatais.

As autarquias permanecem unidas ao governo através, das secretarias e participam do orçamento estatal. As mais importantes são: CERNE, OSEGO, EFORMAGO, CAIXEGO, IPASGO, SUPLAN, ESEFEGO, CEPAGO, IDAGO, DERGO, DETELGO...

Os serviços paraestatais são constituídos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o governo é acionista majoritário. Entre elas encontram-se a METAGO, CASEGO, IQUEGO, etc.

Outro empreendimento importante que nasceu do governo de Mauro Borges foi a tentativa de reforma agrária.

12 - Governo da Revolução.

Em primeiro lugar uma das razões da queda do governador foi porque ele tocou o ponto crucial, ele criou a Metago. A Metago foi entregue ao Capitão Marcus Fleury, antigo chefe do SNI em Goiás e branco direito da Repressão no Estado.

O que fizeram os Governos da Revolução em Goiás ?

Visando eleger o sucessor, Ribas Júnior fez um governo visando o empreguismo e aumento do funcionalismo. Nomeou praticamente todo mundo em Goiás.

Foi a última vez que o magistério recebeu verdadeiramente no Estado. Talvez reconhecendo as suas limitações, não interferiu na estrutura deixada pelos governos anteriores.

Otávio Lage de Siqueira, construiu postos de saúde e escolas no interior. Na capital ele foi ofuscado pela brilhante Administração do então prefeito da capital o Sr. Iris Resende Machado, que remodelou Goiânia.

Como o presidente gostava de estádios foi a época em que quase todos os governadores construíram seus estádios. Aqui foi construído o ESTÁDIO SERRA DOURADA e o AUTODROMO, dinheiro desviado da Educação e obras assistenciais. O professor passa a ganhar salários, os mais capazes vão evadindo da profissão. Era secretário de Educação neste período o Sr. Hélio Mouro.

Duas medidas importantes de seu governo: o Goiás rural e a Lei de Incentivos Fiscal, para as indústrias pioneiras em Goiás; a construção do CEASA, que com seu sistema de intermediários, contribuiu para elevar o custo de vida em Goiás .

Irapuan Costa Júnior (1975 - 1979).

Obras: Ginásio Rio Vermelho, Incentivo à ginástica e competições esportivas; ponte sobre o Rio Tocantins, de vendo também ser mencionada a restauração do Teatro Goiânia.

Ary Ribeiro Valadão (1979 – 1983). Foi o último dos governos escolhidos indiretamente pelo planalto.

Economicamente o governo procurou fazer obras de incentivo no setor primário através dos projetos Rio Formoso, Rio do Sono, Rio dos Bois e Alto Paraíso. No projeto Rio Formoso o capital monopolista atuou em detrimento do pequeno proprietário. Era um projeto ousado, objetivando fazer de Goiás um celeiro do Brasil.

No setor educacional, A única obra foi a construção do faraônico “Colégio de Líderes” ou Colégio Hugo de Carvalho Ramos. Dado o seu

caráter elitista e irreal no contexto goiano, o novo governo modificou a orientação do colégio e o inseriu na realidade educacional do Estado.

Governo Iris Resende Machado (1982).

Eleitor majoritariamente pelo voto direto, popular e universal, contando com o apoio de uma “frente” de oposição ao oficialismo. É um governo de conciliação entre o capital e o trabalho.

Socialmente, tem se caracterizando pelo apoio às reivindicações populares, Destacam neste sentido a instituição do comodato, a integração do sudeste goiano através da Rodovia JK e de outras vias, desejo antigo dos produtores etc.

Projeto de peso no governo Iris é a tentativa de resolver o problema dos marginalizados sociais, frutos do êxodo rural. Contado com o apoio das prefeituras e dos proprietários.

Inicialmente, o governo baixa o chamado “Decretão” uma medida extrema. Com maior critério, o Estado volta a observar os funcionários, reforçando a função do “Estado de Obras”.

O Estado torna-se responsável pelo emprego, ainda que com altos e baixos salários.

No setor da Educação, está sendo providenciada a aprovação do Estatuto do Magistério, reconsiderou sua situação salarial e criou cursos complementares para alunos carentes.

De maneira geral é um governo caráter reformista que tenta recolocar o Estado nas vias de crescimento econômico. Melhorou a arrecadação fiscal e propiciou a regulamentação de folha de pagamento do Estado.

No campo social, Goiânia hoje é uma metrópole com aproximadamente 1,000,000 de habitantes, observa-se o fenômeno do êxodo Rural, que criou uma população marginalizada do contexto sócio-econômico.

O menor abandonado tem feito proliferar as casas de “Caridade”, grandes construtoras, na construção de apartamentos luxuosos com o dinheiro do F.G.T.S, no entanto é o fundo de garantia deste trabalhador que está garantindo uma parte da construção civil.

A fórmula que o governo descobriu para absorver a mão-de-obra que emigra do campo para as cidades. Este é raoidamente o quadro de Goiás hoje, o que não é diferente do restante do Brasil.

13 - Turismo

O turista proveniente de qualquer parte do Brasil, ou até mesmo do estrangeiro, encontra magníficas atrações no Estado de Goiás.

A GOIASTUR (Empresa do Estado) é um departamento da CANTUR e está subordinada à Secretaria de Comércio e Indústria. Os planos da GOIASTUR incluem, para início, Calda Novas, São João (onde há água sulfurosas) e Pirenópolis (cidade histórica).

Uma das mais importante das atrações turística de Goiás é “Caldas Novas” a maior reserva hidrotermal do mundo, localizada a 170 quilômetro de Goiânia. Apresenta 30 fontes de água termais, além de uma lagoa (Pirapitinga) de água quente.

No sopé da serra de Caldas, encontra-se a “Pousada do Rio Quente”

Anápolis - É, depois de Goiânia, a cidade mais importante do Estado. Está situada entre duas importantes capitais: Brasília e Goiânia. É considerada a capital econômica do Estado devido à grande qualidade de indústrias.

Cachoeira Dourada – Além a Usina Hidrelétrica, a Cachoeira Dourada é também um dos pontos turísticos mais visitados do Estado. Logo

abaixo da Cachoeira Dourada (Itumbiara) encontra- se o Canal de São Simão, que também é atração turística.

Paraúna – A cidade apresenta belos monumentos erigidos pelo tempo e pelo vento, no dorso da serra Paredão.

Trindade – É considerada como cidade religiosa de Goiás, porque no 1.º Domingo de julho de todos os anos, se realiza uma festa em louvor ao Divino Padre Eterno.

Pirenópolis – A cidade apresenta uma série de atrações turísticas, destacado- se a Cavallhada, que é realizada junto com a Festa do Espírito Santo. Há o estrondo da Roqueira, a serra dos Pirineus, a famosa Pensão do Padre Rosa, além das arquitetura colonial de suas casas e igrejas.

Goiás – Essa antiga cidade oferece aos turistas: os muros de pedra feitos pelos escravos, os sobrados coloniais, o Largo do Chafariz, a Casa da Fundação, o largo da Boa Morte, o Palácio Conde dos Arcos, a cruz do Anhangüera (um marco deixado pelas bandeiras), o Chafariz da Carioca e muitas outras atrações. A cidade de Goiás, foi a primeira capital do Estado do mesmo nome. Goiás, antiga Vila Boa, foi fundada em 1725 por Bartolomeu Bueno da Silva, o filho.

Araguaia e Bananal - A quantidade de peixes que o rio Araguaia apresenta é imersa (é o rio mais piscoso do mundo.)

Ilha do Bananal, apresenta o Paraíso das Lagoas, de águas claras com areal branco, depositado numa série de praias imersas. A flora e a fauna dessa ilha são riquíssimas pela sua enorme variedade.

14 - FOLCLORE

Folclore é o conjunto de tradições, conhecimentos e crendices populares (lendas, contos, canções, arte popular)

I - Festa do Divino Espírito Santo

É uma festa que se realiza em quase todas as cidades do interior do Estado, sendo porém mais expressiva, nos seguintes lugares: Pirenópolis, Santa Cruz de Goiás e Jaraguá.

É realizada também na cidade de Goiás, sendo apresentadas danças folclóricas, como a “Congada” e a “Dança dos Tapuios”.

II - Nossa Senhora da Abadia

Esta festa também chamada de Nossa Senhora do Muquém, é realizada no mês de agosto. É uma festa de caráter religioso- popular.

III - Festa de Nossa Senhora do Rosário

A origem dessa festa é baseada nos costumes dos escravos, desde o tempo da mineração. A festa se propagou e tornou-se conhecida em todos os lugares do Estado.

É normalmente realizada no mês de Outubro.

No passado, em Goiás havia a chegada da rainha dos pretos. Esta era acompanhada por um enorme cortejo de negros, enfeitados de cordões e broches de ouro.

IV - Danças e Musicas

No Estado de Goiás, a influência do elemento negro nas danças e ritmos, fica registrada na presença de três danças: Tambor, Suça e Samba.

O **Tambor** é considerado uma dança sagrada, pois “foi a única dança que Nossa Senhora dançou”.

O povo diz que essa dança deve ser executada com alegria, porém com respeito, pois ela acompanha a Rainha até a igreja nas festas do Rosário

A **Suça** é uma dança mais alegre que a do Tambor, sendo executada sob qualquer pretexto e sem disciplina. Além do tambor, utilizam viola e pandeiro.

O **Samba** é danças em qualquer reunião.

Essas três danças são mais executadas ao norte de Goiás.

V - Lendas

Além das lendas populares comuns em todo o Brasil tais como: “mãe-d’água”, “saci-pererê”, “mula-sem-cabeça”, “bicho-papão”, “anhangá”, temos também nossas lendas regionais como: a lenda da “Fonte da Carioca” e a do “filão de Ouro”.

VI - Varões

Há algumas pessoas que se destacam mais, pelo seu trabalho, sua coragem, sua dedicação, sua inteligência ou seu desprendimento.

O Estado de Goiás apresenta um número muito grande de homens que se destacaram ou se destacaram ou se destacam nas variadas atividades.

Assim temos:

VII - Escritores

Zoroastro Artiaga – Escreveu vários volumes sobre Histórias de Goiás.

Antônio Americano do Brasil – Foi jornalista, poeta, orador, historiador e médico.

Bernardo Elis – Um dos maiores escritores da literatura goiana.

José Godoy Garcia – Escritor e poeta.

Basileu Toledo França – Historiador.

Hugo de Carvalho Ramos – Escreveu mais obras, sendo a principal “Tropas e Boiadas”.

Eli Brasiliense – Grande escritor e poeta.

Cônego Luís Antônio da Silva de Sousa - Foi escritor, orador, jornalista e político. Não nasceu no Estado de Goiás, porém considerava-se goiano, tendo escrito as “Memórias Goianas”.

VIII - Poetas

Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira – Autor de poemas. É considerado o primeiro “Príncipe dos Poetas Goianos”.

Cilineu Marques de Araújo Vale – Conhecido pelo pseudônimo de **Leo Lince**. É considerado a segundo “Príncipe dos Poetas Goianos”.
Introdutor do modernismo em Goiás.

Gilberto Mendonça Teles – Considerado, atualmente, o maior poeta goiano e grande crítico literário.

Frei Veiga Vale – Escultor notável, tendo deixado muitas esculturas sacras, destacando-se as de Nossa Senhora da Abadia e São Miguel.

15 - A Administração

A administração portuguesa no Brasil durante os três séculos que durou: a continuidade fundamentada na tradição e, muitas vezes, no direito costumeiro proveniente da época medieval; a unidade, dentro da dispersão, pois embora, cada capitania constituísse administrativamente uma quase ilha, todos seguiam, radicalmente, uma mesma orientação; o pragmatismo, que levava a preferir a adaptação de velhos modelos administrativos a situações novas no tempo ou no espaço, mediante correções ou adendos, à formulação racional de novos tipos para satisfazer às novas necessidades de governo; a complexidade legal, conseqüentemente, pois as disposições dadas sobre um mesmo assunto, ao longo dos séculos e para uma geografia tão vasta como a do império português, vão sobrepondo-se, num emaranhado.

O Governo Geral estava estruturado na divisão da autoridade em três seções: administrativo-militar, justiça, fazenda. À sua frente estavam, o governador- capitão general, o ouvidor e o provendo- mor. Os campos de autoridade nunca estiveram perfeitamente delimitados, não somente no nível superior, onde o governador acumulava certas atribuições na justiça e na fazenda, e o ouvidor e o provedor intervinham na administração, mas também ao longo dos respectivos corpos administrativos.

A autoridade dos capitães gerais, embora bastante lata não tinha contudo, limites bem determinados; e à vontade da corte podiam ser repreendidos por terem feito de mais ou não terem agido o bastante. Os ouvidores e Juizes de fora estavam investidos, a um tempo de poderes judiciários e administrativos. Os notários são ao mesmo tempo escrivães e meirinhos, e os militares exerciam funções aduaneiras e de preceptores de impostos.

Os governadores, dentro da amplitude de suas atribuições, sentiam, quase como uma ofensa pessoal, a independência dos “ministros”, em especial dos ouvidores no campo da justiça.

Há nesta inimizade de séculos, ao mesmo tempo, a polarização de um conflito de classes. O governador era, de ordinário, um membro da alta nobreza, daquela velha aristocracia que desde o século XI ostentava, junto com as quinas de Portugal, o orgulho de seus brasões familiares nas terras portuguesas das quatro partes do mundo. Os “ministros” eram, pelo contrário, burocratas, homens que por seu conhecimento das leis e dos procedimentos, adquirido nas universidades ou nas tradições familiares, se tornaram indispensáveis aos monarcas desde a criação do estado moderno. As tensões aristocracia - burguesia tornavam-se mais carregadas de inviabilidade à medida que se aproximava o ponto da revolução francesa.

Ao chegar o Conde a Vila Boa, encontrou já em andamento a famosa disputa entre o vigário perestelo e a Câmara: Excomunhão do ouvidor, prisão do vigário e declaração de sua insanidade mental, sua fuga com as conseqüentes excomunhões, prisão do ouvidor e devassas do enviado do bispo, indiciamento dos 110 complicados no caso, multas. O governador, conhecendo os graves conflitos a que davam origem as disputas com as autoridades eclesiásticas, preferiu manter-se à margem com as autoridades eclesiásticas, preferiu manter-se à margem.

Também tinha ambições pessoais a que o governador, por ofício, devia opor-se. Queria, para melhor desempenho de seu cargo, _ segundo dizia, pois competia-lhe a vigilância contra o contrabando _ que o rei desse uma lei proibindo a entrada ou saída de qualquer pessoa nos arraiais da capitania, sem um bilhete de sua mão. Pedia, também, que sua jurisdição no cível e no crime fosse aumentada até igualar à do ouvidor. O governador informava ao

monarca, que a primeira pretensão do intendente, se aceita, suporia uma tirania intolerável sobre os povos, quanto á Segunda aconselhava não aumentar, de forma alguma, a autoridade dos ministros, coisa perigosa em América.

I - Os Governadores

Desde os primeiros dias da colônia, até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, não h, provavelmente, queixa mais unânime que a levantada contra a prepotência dos governadores. Contra o absoluto e ilimitado de seu poder. Gouveia escrevia, no século XVII, julgava seu poder simplesmente monstruosa, e Saint Hilaire, falando de Goiás, dizia que os governadores, até a chegada da família real, gozavam de um poder praticamente ilimitado.

O poder dos governadores, ao contrario, longe de ser ilimitado, estava submetido a toda classe de limitações , legais umas, que restringiam seus poderes, outras de fato, impedindo o exercício real de sua autoridade. Poderíamos citar entre estas últimas as enormes distâncias e a falta de comunicações, a carência de um aparelho administrativo organizado, a inexistência de uma polícia mesmo rudimentar, etc.

A existência e o reconhecimento de uma ordem legal significavam exatamente o contrário do poder ilimitado e , neste ponto, a sobrevivência de muitos direitos pessoais e de classe, próprios do direito estamentário, dificultavam, ainda mais, o exercício da autoridade.

Os governadores nos levaria a concluir quão longe se encontravam, não só do poder absoluto, mas mesmo de uma real autonomia: não nomeavam nem escolhiam seus colaboradores, nem podiam destitui-los: não podiam criar

novos ofícios nem prescindir dos existentes; deviam prestar contas, e esperar aprovação, até dos menores gastos extraordinários _ se, por exemplo, houve que aumentar, em virtude de rumores de assalto, alguns soldados a escolta normal dos quintos _ qualquer inovação na lei ou no costume devia ser submetida, de antemão, ao Conselho Ultramarino, e não podia ser posta em prática sem sua expressa aprovação.

O conde de S. Miguel, cansado de esperar a moeda provincial de prata, necessária para as transações nos registros, mandou pôr em circulação _ em muito pequena quantidade _ pequenas barras de ouro, com a função de moeda; o rei mandou retirá-las, por Ter sido esta medida tomada sem sua expressa licença e ser suficiente o ouro em pó permitido nos registros.

O primeiro governador a ser julgado e condenado foi Conde de S. Miguel. É difícil saber até que ponta perseguição se inspirava num afã moralizador, como era propalado, ou se devia á coincidência do Conde ser um membro da família Távora, exterminada pela ira vingativa de Pombal. Esta Segunda hipótese parece bastante mais provável. O fato é que não só o governador e seus próximos ajudantes foram enquadrados na devassa dos “perniciosos e abomináveis delitos e estranhos procedimentos”, senão que esta atingiu a todo o funcionalismo da capitania: altos funcionários foram declarados culpáveis de diversos tipos de corrupção – entre eles ouvidores, intendentes, tesoureiros etc. – e não poucos menos qualificados.

Anos mais tarde, foi acusado de malversação do dinheiro público D. José de Almeida, um dos mais íntegros e capazes administradores que passaram por Goiás. O governador ficou tão desgostoso que pediu e obteve a exoneração.

Poderia deduzir-se da enumeração passada que Goiás não teve muita sorte com seus governadores, ou, o que seria pior, que os governantes

da época colonial, além de incapazes, eram pelo geral corruptos. Nada mais falso. Se não faltam irregularidade – a verdade é que os governadores de Goiás, em que sua totalidade, podem ser considerados funcionários de alta classe: inteligentes, conscientes, honestos, dedicados a seu cargo e sinceramente desejosos de não poupar esforços para melhorar a situação da Capitania. Alguns podem ser tidos como homens eminentes pela sua inteligência serena e a integridade de seu caráter; assim o Conde dos Arcos (1749-54), D. José de Almeida Vasconcelos (1772-78), Francisco de Assis Mascarenhas (1804-8), Francisco Delgado (1808-19).

Mas ação nenhuma pessoal ou administrativa poderia modificar, sensivelmente, o curso da evolução a que a geografia e a marco-história condenavam à Capitania de Goiás.

II - Arrematação dos “Ofícios”

Introduzido o sistema de vender os cargos como um meio de ajudar a superar as dificuldades financeiras da Coroa depois da restauração, foi ampliando-se cada vez mais, em virtude da própria inércia do princípio. No século XVIII, poucos eram os ofícios públicos não arrematáveis. Na América Portuguesa, unicamente os mais altos postos da administração eram de nomeação régia, mas aqui nunca se chegou, como na América Espanhola, à venda dos ofícios a perpetuidade “juro de Heredad”.

À parte as vantagens financeiras que oferecia à Fazenda Real, havia nos sistema de arrendamento de cargos uma concepção diferente do serviço público. Não sendo o funcionalismo um serviço especializado, não era tanto a competência como a honestidade o que se buscava no funcionário. O fato de

serem os arrendatários dos cargos pessoas economicamente sólidas – pois pagavam por adiantado e apresentavam avalistas – pareciam constituir uma garantia de moderação: a “propina”, podia ser considerada como uma espécie de fiança reintegrável.

O abastecimento foi a primeira consequência negativa do arrendamento dos cargos, embora se desse em igual ou maior medida nos ofícios que o rei cedia em usufruto como mercê pessoal ou em recompensa de serviços prestados à Coroa.

O governo acabou reconhecendo publicamente este fato óbvio a todos, e por uma lei de 21 de agosto de 1760 determinava que os “ofícios públicos da fazenda e da justiça do Estado do Brasil” não seriam, em diante, arrematados em Lisboa para evitar o absenteísmo, - mas nas próprias capitanias, devendo, contudo, o dinheiro ser recolhido num cofre especial e enviado à Corte.

Outra consequência negativa da venda dos ofícios foi a corrupção. O governo do alto difundia o mal exemplo: não contente com a venda de cargos, passou a exigir o “donativo” das terças partes.

Periodicamente se avaliava o rendimento dos ofícios e sobre essa avaliação cobravam-se as terças partes de cada um deles; para garantir o pagamento, o arrematador devia apresentar – conforme ao uso tão nefasto nas minas durante a decadência – um avalista categorizado.

A pressão sobre o usuário dos ofícios recaía indiretamente, como é lógico, sobre o consumidor, o povo, mas o que é pior, era uma chaga aberta a envenenar, permanentemente o conceito mesmo de serviço público.

Em Goiás, também se deixavam sentir estas tendências da administração. São freqüentes as queixas contra a ambição dos “ministros”.

III - A Justiça

Entre os vícios da justiça no Brasil, durante a época do muro, além da fama de venalidade já mencionada, poderíamos enumerar: a complexidade legal, o fato de ser administrada, quase em sua totalidade, por leigos, a dificuldade dos recursos, seu alto custo, a lentidão de seus processos – segundo Saint Hilaire “talvez em país algum, a justiça seja tão lenta como no Brasil”.

Em Goiás, até a criação da comarca do norte em 1809, existia uma única comarca para todo o território, e nesta comarca, até a criação de um juiz de fora para Vila Boa em 1803, não existia um único juiz de carreira. Isto, por outra parte, não constituía uma especial anomalia, pois a justiça em primeira instância era exercida pelos Juízes ordinários ou pelos Juízes de fora e só estes eram homens de carreira com ordenado pago pelo rei.

Os Juízes ordinários, eram eleitos pelo povo, mas de modo indireto, através de eleitores designados para isso. Sua ignorância da lei – quase todos eram leigos, embora alguns contratassem um letrado que os assessorasse – era tão perigosa como muitas vezes sua prepotência, verdadeiros senhores feudais que eram no distrito de sua jurisdição.

Outro mal na designação de Juízes era a corrupção nas eleições. O Conde dos Arcos explicando que resultara inútil separar o cargo de juiz dos órgãos dos Juízes ordinários, por causa de serem estes leigos, enunciava para o governo de Lisboa o seguinte princípio, tão duro, sobre as eleições: “igualmente leigo é o juiz dos órfãos atual e o serão todos os mais que se lhe seguirem, porque semelhantes eleições no Brasil sempre recaem naquelas

pessoas que melhor podem subornar os votos dos oficiais da Câmara que os elegem”.

Pior era a situação da justiça criminal. Numa época em que o enforcamento dos criminosos com o “horror do espetáculo” parecia o único meio dissuasório para o crime, só o tribunal de relação tinha autoridade para decretar a pena de morte. Isto equívale a dizer que em territórios tão distantes da Bahia como Goiás, os criminosos ficavam impunes, pois resultava impossível, na prática, o transporte dos acusados até a Capital.

As cadeias, por sua parte, frágeis e mal guardadas, pareciam de papel, tal a facilidade com que os presos se evadiam sempre que o intentassem.

Seguiam-se desta situação assaltos freqüentes às cadeias para tomar-se a justiça por sua própria mão, sobretudo, quando se tratava de escravos, que tinham assassinado a seus senhores.

Há, contudo, que fazer uma ressalva: o assassinato prendia-se, quase exclusivamente, a motivos passionais, - vinganças, ódios rixas, ciúmes – poucas vezes a assaltos com a finalidade de roubo. A honestidade dos goianos, neste ponto mesmo na depressão da maior pobreza, era quase absoluta.

As representações dos governadores pedindo a instauração de uma junta que pudesse julgar, sumariamente, em Vila Boa os crimes e proferir e executar sentenças de mortes – como já tinha sido concedido a várias capitanias -, acabaram sendo atendidas por Lisboa.

IV - A Fazenda Real

A fazenda Real tinha como principal fonte de receita o quinto do ouro. Em 1741, em Goiás, o quinto significava mais de dois terços de todos os impostos. Com a decadência posterior da mineração, a importância absoluta e relativa, do quinto foi também criado.

O quinto era o único dos grandes impostos arrecadados pelo aparelho fiscal do Estado. Recolhido na intendência e guardado no cofre de três chaves, sob custódia militar, era depois embalado em borrachas e estas em caixotes cuidadosamente lacrados. Uma vez por ano, no campo da seca, era remetido ao Rio de Janeiro para ser embarcado para Lisboa: durante três meses, a caravana de muares guarnecidos de veludo vermelho com as armas em ouro do rei de Portugal atravessava, solenemente, após o estandarte régio e com a escolta lateral de um capitão e doze soldados, os desertos de Goiás e Minas. Símbolo e meio do poder político.

Nos primeiros anos, até a instauração da capitania de Goiás, não somente o quinto íntegro, mas também substanciais excedente dos outros impostos eram remetidos para a Corte. Foi o tempo áureo da arrecadação.

Além do quinto, os outros dois grandes impostos eram as entradas e o dízimo. As entradas consistiam num imposto às mercadorias, que deviam ser pago nos registros, no momento de entrar na capitania. Como imposto, as entradas tinham um grave defeito, que era taxar as mercadorias pelo peso e não pelo valor, onerando gêneros de primeira necessidade, mais pesados, como o sal, e afetando muito pouco os artigos de luxo, leves e de grande preço, como sedas e jóias.

O dízimo, como seu nome indica, devia-se pagar-se com um décimo da produção. Mas sendo um imposto de tradição bíblica com destinação ao culto – a tribo de Levi devia ser sustentada pela contribuição de outras tribos –, conservava as características agro-pastoris da sociedade israelítica em que se originara: cobrava-se exclusivamente dos produtos do campo e dos animais.

Ambos os impostos, juntamente com as passagens – imposto menor sobre o trânsito dos rios que necessitassem canoa para ser atravessados – eram arrematados por triênios em Lisboa. Os “contratadores” montavam seu próprio aparelho fiscal para a cobrança – auxiliados, naturalmente, pelas autoridades locais – e eram proverbiais a rudeza dos “administradores” do contratador, e, mais ainda, dos últimos cobradores fiscais.

Em Goiás, com a instauração do Governo autônomo em 1749, não somente cessaram os grandes excedentes, que se acrescentavam à remessa dos quintos, mas passou-se a um estado de déficit permanente, ano após ano.

Com drásticas reduções na folha de pagamentos – levadas a cabo com sangrante energia – e tendo conseguido da Corte por seu prestígio a doação permanente de três arrobas de ouro do quinto, conseguia D. Francisco de Assis, por primeira vez em 30 anos, equilibrar o orçamento. Ao deixar o goveno em 1809 deixava também até um pequeno saldo favorável, que dava para ir amortizando a dívida da Capitania. Alívio momentâneo. Dois anos depois, o quinto não cobria as três arrobas e continuava diminuindo.

Outros impostos menores foram aparecendo mais tarde, quase todos com fins específicos: o das carnes verdes, aplicado aos presídios do norte; o subsídio literário, que deveria aplicar-se à manutenção de escolas, décimas – sobre a venda de prédios – selos e sizas, para a ajuda a capitania de Mato Grosso, já de antigo, economicamente doente sem cura.

Para completar o quadro dos impostos ou contribuições, haveria que enumerar a Bula da Santa Cruzada e os donativos “voluntários” com motivo de acontecimentos extraordinários, como, por exemplo, o instituído para a reconstrução da cidade de Lisboa depois do terremoto.

A situação de Vila Boa era, privilegiada, única vila em toda a capitânia, não só dispunha de suas próprias rendas, mas também da metade da arrecadação de todos os arraiais. Aqui também se cumpria o dito “a quem tem dar-se-lhe-á mais, e quem não tem lhe será tirado ainda o pouco que tem”.

V - Exército

Da metade a dois terços do orçamento da Capitania consumiam-se na manutenção das forças militares. Apesar disto, seus efetivos eram bastante reduzidos.

O corpo básico era o regimento de dragões, soldados profissionais de cavalaria, que sentavam praça por um período mínimo de dez anos. A primeira companhia de dragões Constava de 44 praças: capitão, tenente, alferes, furriel, tambor e 37 soldados e três cabos de esquadra. Com a chegada de Freire de Andrade, em 1749, foi aumentada a 55 praças – 46 soldados e 4 cabos de esquadra – número que se manteve com pequenas variações: em 1801, foi aumentado até 80 soldados, em 1808 diminui de novo a 60.

Para atender a tantas necessidades, com tão poucos soldados, o governador tinha que desenvolver uma verdadeira estratégica enxadrística de economia e mobilidade. O destacamento dos rios Claro e Pilões, guardião de esperanças da Coroa, exigia um capitão, alferes, furriel e 24 soldados; os registros para controle das entradas, 6; nas intendências e comissárias da capitação, 8; 39 soldados, portanto, fixos que não podiam ser removidos, e

ainda necessitavam-se soldados para a guarda da intendência com seu cofre de ouro – 2 –, para a guarda do governador – 2 –, para a condução dos quintos – 6 – (50).

Tão grande era a carência de tropa, que o ouvidor não podia Ter guarda pessoal.

Os dragões constituíam um corpo verdadeiramente exemplar. Fisicamente perfeitos, inteligentes, educados, de uma honestidade sem exceção no correr de muitos anos.

Tendo em conta, seguramente, o princípio de que o meio mais rápido de aliviar uma profissão é empobrecê-la, o governador recompensava largamente os dragões.

Ao lado dos dragões existia também, como corpo pago, a companhia dos pedestres, corpo auxiliar, armado somente de espada, que desempenhava missões de enlace, vigilância e proteção.

Menos de cem soldados constituíam, pois, toda a força militar e policial paga de uma capitania extensa como uma nação, e em permanente pé de guerra. Se em relação à população, e em permanente pé de guerra. Se em relação à população seu número podia não ser realmente pequeno, com respeito às funções que devia cumprir era reduzidíssimo. Esta deficiência tratava de compensar-se com o enquadramento militar da população civil: as ordenanças.

Nos primeiros anos da Capitania as ordenanças receberam variadas incumbências: combater os contrabandistas entrincheirados nas terras diamantíferas, quando a tropa se demonstrou insuficiente; montar guarda na cadeia para evitar a fuga dos presos; fazer a ronda nas populações, onde nos dias de festa proliferavam as brigas e as mortes; acompanhar, como guarda pessoal, o ouvidor na visita de correição.

Tanta atividade pareceria ser indício de uma sólida organização estrutural, atualizada pelo exercício constante. A realidade, porém, parece ter-se encontrado sempre bastante distante deste ideal.

A partir do governo de D. João Manuel houve uma preocupação constante do governo central, urgindo aos governadores reforçar a organização militar das capitanias, dada a tensão bélica na América do Sul. D. Manuel criou, em 1763, o regimento de cavalaria auxiliar com dez companhias; não encontrando em Goiás ninguém capaz de organizar este corpo, seus dois chefes, sargento-mor e ajudante, foram enviados de Minas.

Todos os governadores seguintes, sob a pressão constante de Lisboa, criaram novas companhias de ordenanças de homens brancos e negros, de cavalaria e infantaria. Em muitas povoações era o maior número de pretensos soldados que o dos homens de carne e osso.

16 - Decadência da Mineração

A Decadência, nas minas, significa primeiramente decadência da mineração. A quebra de rendimento das minas fonte de toda de toda atividade econômica, arrasta consigo os outros setores a uma de uma ruína parcial.

O primeiro informe do governador Conde dos Arcos, em 1749, sobre o estado da capitania é francamente pessimista com respeito ao futuro.

Desencadeava um círculo vicioso no momento em que seriam necessários maiores investimentos para novas prospeções e para a instalação de obras.

De maior envergadura, os primeiros não tinham nenhum com que pagar as dívidas já contraídas. Um dos termômetros mais fiéis da situação econômica – não podia satisfazer sua quota ao governo, porque ele por sua vez, não recebia dos comerciantes a quem os mineiros atrasavam as prestações devidas.

O governador de conde dos Arcos pedia ao governo português um pouco de paciência, pois a imediata, mais à produção ameaçada, foi concedido o privilégio conhecido com o nome de ‘privilégio de da trindade’: aos donos de mais trinta escravos dedicados à mineração, lhe seriam poupados lavras e escravos, em casos de penhora por dívidas. “este dispositivo, apenas incentivou a desonestidade dos mineiros, que passaram a não pagar seus credores.

Os efeitos sobre o volume da mineração foram manifestando-se lentamente. Em 1754 a diminuição do produto bruto, o declínio se processava lentamente : em 25 anos decaí de um terço a arrecadação do quinto. Mas decadência psicológica e social antecipava-se ao esgotamento do ouro. Existem em Goiás estudos dos contemporâneos sobre as causas da decadência, embora nos diversos escritos apareça a tentativa de explicação, mas sempre de uma forma fragmentária e isolada.

Em Goiás por sua menor riqueza mineral, e por não ter se chegado aqui, a sua constituição de uma sociedade estabilizada como em Minas, a decadência foi muito mais rápida e mais definitiva. A câmara de Mariana destacava em 1789 como motivos fundamentais da decadência: a má educação dos colonos, que não casavam quando casados e com filhos procuravam dedicá-los à milícia ou à igreja, o próprio governo que nunca soube dirigir a mineração com uma legislação adequada. “A falta de experiência a ambição do governo, em parte o desconhecimento do país,

mal organizadas , e quase despovoado, deram lugar a muitas leis inadequadas., que provocavam á ruína rápida desse notável ramo de atividade, importante fonte de renda para o estado.

Modificavam-se os velhos processos rotineiros de exploração , entendiam que nada haviam de melhorar , embora a produção do ouro se tornasse menor de ano para ano. A causa do declínio da mineração estava nos processos irregulares de extração o soerguimento da mineração – não poderia ser realizado por meios simples incentivos aos particulares.

Necessitavam-se grandes investimentos infra-estruturais e uma programação a longo prazo, em Goiás, fazia já tempo que se sentia a necessidade da associação dos mineiros como único meio possível de reunir o capital indispensável para a exploração das jazidas ricas, encontrava-se no caráter individualista do mineiro, na sua inclinação para a suspeita, e, não último grau, no imediatismo de suas de suas aspirações.

Maior importância teve a sociedade de mineração de Anicuns . A descoberta em 1809 em Anicuns, lugar próximo á capital, da pedreira mais rica de ouro até então explorada na capitânia, os rendimentos dos primeiros meses foram espetaculares.

I - Comunicações

O ouro possibilitou esta antecipação histórica, correndo com os gastos de instalação de populações inteiras e mantendo depois alta a tensão econômica para que ocorresse nos dois sentidos o fluxo do comercio.

O caminho de Minas para Goiás fora aberto em 1733. A estrada nova de São Paulo em 1736. Permitiam a passagem das tropas de animais carregados, único meio de transporte.

Dadas guias individualmente a cada um dos viajantes, que devia declarar nelas a quantidade de ouro em pó que levava, e entrega-las no lugar de chegada. As guias se distribuíram assim pelas comissárias: Tocantins e São José 700, Natividade e Carmo, 700, S. Félix e Cavalcante, 200, Arraias, 100. Todas estas guias eram para apresentar-se em Salvador, donde podemos deduzir que os mineiros do norte só comerciavam com esta cidade, e que as viagens eram bastante freqüentes, dado o elevado número de guias. O prazo de entrega marcado – aproximadamente o tempo calculado da viagem – era de três meses para o tempo de seca e quatro para as chuvas.

Crixás e Pilar receberam 400 guias para o Rio de Janeiro e Salvador, e os arraiais do sul unicamente para o Rio: Meia Ponte 400, Santa Luzia, 100, Santa Cruz, 300. O prazo era de noventa dias.

Tais previsões tornavam-se inoperantes quando entravam as chuvas. A viagem para Capitania mas “me representava tais dificuldades com os rios, e tal malignidade nas águas, que nos córregos inundam, que me resolvo a suspender a minha marcha”.

Um dos fatores de encarecimento do transporte era a perda ou deterioração freqüente das mercadorias. Conserva-se o regimento dado ao Cabo de Esquadra. O regimento insistia nas preocupações que devia tomar ao atravessar as correntes de água, para não pôr em perigo os animais ou seu carregamento. O Conde dos Arcos, informando que os registros se tinham mudado das fronteiras da Capitânia, para as vizinhanças dos arraiais, fazia notar que isto se devia à comodidade dos encarregados dos registros e dos próprios comerciantes.

O preço e a carência dos animais de carga eram outra das ameaças ao transporte e às viagens. Uma das causas primeiras, determinante da decadência de Goiás, imediatamente depois da morte de muitos escravos, a morte das bestas por causa das epidemias, causadas, ou favorecidas, pela falta de sal. Em Goiás era difícil encontrar animais de carga, fora do tempo da seca, em que chegavam de São Paulo, ou se encontravam de passagem para Mato Grosso.

A carga média por animal calculava-se em seis arrobas e algumas caravanas chegavam até cem animais. Um volume, portanto, de carga bastante apreciável.

Goiás teve outro excedente e em grande quantidade, pode pagar com eles os artigos de importação de necessidade ou de luxo. Saint Hilaire sugeriu o cultivo e exportação de produtos agrícolas especializados e de alto valor comercial. No estado de prostração em que se encontrava a Capitania, era pouco menos que impossível encontrar quem dirigisse a produção, em grande escala, de tais produtos.

A solução radical teria sido modificar as condições de transporte. A primeira tentativa que fracassou precisamente pela magnitude do projeto.

Fracassado esta projeto por falta de capitais, para Goiás, não se abria outra perspectiva, senão a de substituir o transporte terrestre pelo fluvial, mais econômico e capaz de maior volume.

O espectro do contrabando do ouro que não deixava de escoasse ilegalmente, apesar das proibições, tinha ainda ante a Corte maior realidade que as possíveis vantagens comerciais que se pudessem derivar da navegação do Tocantins para as duas Capitanias. Em 1787 o rei insistia ainda na proibição, justificando a medida com o fato de que muitos faziam comércio sem pagar os direitos, e os rios serviam para a evasão de criminosos da justiça

e por eles se praticava o de caminho do ouro.; em consequência das ordens recebidas de Lisboa, para dar começo à navegação regular do Tocantins.

Governador, tendo que enviar ajuda militar ao Pará, intentou um caminho fluvial novo pelo rio Uru.

D. João Manoel, eu chegou de Lisboa através de Belém remontando o Tocantins- Araguaia até Santa Rita, procurou desenvolver também a navegação no Tocantins, criando para isso um presídio.

No sul, buscou uma comunicação fluvial com São Paulo, para ativar o comércio; para isso enviou uma expedição exploratória, pouco afortunada, pelo Rio dos Bois.

II - Vias de Comunicação

A comunicação de Goiás é feita por rodovias, ferrovias e aerovias.

Dentre essas vias de comunicação merecem especial destaque as rodovias, estaduais e federais.

O departamento que cuida da construção e da conservação das rodovias é o DER-GO (Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás).

Pelas vias férreas, Centro-Oeste e Rede Mineira, Goiás está ligado diretamente aos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Três são as companhias aéreas que servem o nosso Estado: VARIG, VASP e PARAENSE. Aviões da FAB e táxis aéreos resolvem, em parte, o problema da ausência de estradas de ferro e da carência de estradas de rodagem no norte goiano.

A navegação fluvial, em pequena escala, é feita ao norte, nos rios Araguaia e Tocantins.

III - Usinas Hidrelétricas

Em Goiás, a junta reunida com este fim determinou que o correio devia funcionar com Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Cuiabá – Mato Grosso, a partir de 1799.

O correio Rio-Pará atravessava o norte goiano pelos julgados de Flores, Carmo, Natividade, Conceição e Arraias. Em 1808, as pontes sobre os ribeirões em território goiano já estavam prontas; no porto de Pontal, onde devia fazer-se o embarque, construindo-se um quartel e se aprontavam as embarcações do correio.

Os produtos, que, Goiás poderia fornecer ao Pará como contrapartida do comércio, eram; algodão, açúcar, café trigo, milho, toucinho, solas e couros.

Goiás, expunha o Governador com toda franqueza, só poderia oferecer ao Pará como elemento de troca de um comércio ativo seu ouro, os outros não interessavam.

As 732 léguas de navegação do Araguaia, as cachoeiras do Tocantins, os índios inimigos, os tempos de navegação – uma canoa de sal levava dois meses e meio ou três desde Belém a S. Pedro de Alcântara no Maranhão.

IV - A Agricultura

O desenvolvimento da agricultura em Goiás tropeçava em dois graves obstáculos: um, com fundamento na psicologia social, era o desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola.

Começaram a escutar-se em Goiás os primeiros ecos da fisiocracia triunfante.

Atividade econômica, mas também “a nobreza de uma arte de que depende a sua conservação”.

Mais apesar do interesse dos governantes, da necessidade, que forçava os mineiros a deixarem as larvas e dedicarem-se à lavoura, esta nova atividade econômica quase não consistia noutra coisa que na produção de alimentos para o consumo. Goiás regredia não só para uma economia local fechada, mas inclusive para uma economia de produção doméstica auto-suficiente.

V - Comércio

Como consequência da dificuldade de transportes, da falta de produção agrícola e da diminuição do ouro, o comércio exterior da Capitania tinha decaído muito, e cada dia caía mais a níveis baixíssimos. Como um índice da queda de produção, que tendo dobrado a população, o imposto das entradas se tinha reduzido à metade, com maior razão poderia aplicar-se este argumento a Goiás.

Goiás necessitava importar sal e ferro, pólvora e tecidos, produtos indispensáveis.

Desde o começo do povoamento da Capitania, a moeda usada nas transações internas fora sempre o ouro em pó. Verdade é que o governo fizera diversas tentativas de proibir, ou limitar o uso de ouro em pó como moeda,

mas todas tinham fracassado pela impossibilidade de encontrar um substitutivo.

Prata e cobre, em Goiás, não teve aplicação e continuou o ouro em pó circulando como moeda.

Se dizia que em Goiás, bastava raspar a parede para fazer dinheiro. Mas em Goiás com a penúria da decadência e a redução, cada vez maior, da massa de ouro em pó em circulação, todos foram tentados a inventar a fraude da adulteração; o pó de ouro que corria de mão em mão se tinha enegrecido tanto com as diversas adições, que ia recebendo, que difícil seria identifica-lo com o belo metal amarelo de sua origem.

A circulação do ouro em pó foi abolida, finalmente, em Goiás pelo Governo provincial depois da independência. Não foi uma medida de saneamento administrativo, como a primeira poderia parecer, senão tudo ao contrário.

VI - A Decadência

Podemos representar a decadência de Goiás como uma transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca.

O desenvolvimento atabalhado de Goiás e a fugacidade de seu momento de prosperidade não deram tempo à sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos. No campo específico da mineração, fonte da riqueza e mesmo da existência de Goiás, as técnicas empregadas sempre foram as mais rudimentares, sem nenhuma exploração racional em grade escala.

No governo do Conde dos Arcos, intentou-se a fabricação de salitre, produto essencial para a Capitania. O salitre fabricado foi pior e muito mais caro que o importado.

Quando o Conde dos Arcos chegou a Goiás – constatou que não havia em toda a vila uma só casa que pudesse servir de residência ao governador com certo decoro.

Até 1788 não houve em Goiás escola alguma, de qualquer nível, verdadeiro atentado contra a filosofia do século das luzes. Em 1774 começou a ser cobrado, também em Goiás, o subsídio literário, criado por lei em 1772 para subvencionar as escolas.

Vieram para Goiás os primeiros professores: três de primeiras letras para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, dois de latinidade e um de retórica. Foram criadas novas cadeiras até completar oito professores de primeiras letras e latim.

A nova configuração que adquire a Capitania com a decadência é a ruralização da vida: de uma população radicada, quase exclusivamente, em centros urbanos – por pequenas que estas povoações fossem – passa-se a uma dispersão autorizada da população pelos campos. Realizada a transmutação, por toda a geografia de Goiás na Segunda década do século XIX, encontram-se carcaças de antigas povoações mineiras. Casas abandonadas por seus habitantes se desmancham e até as Igrejas, a começar por suas torres, vão caindo aos pedaços: Ouro Fino, totalmente abandonada, como cidade atacada pela peste; Crixás, onde os animais podem pastar nas ruas; até com certos requintes. Durante várias décadas não houve Anta... e tantas outras. O norte, sobretudo, foi o mais de século em recuperar-se.

No sul, algumas cidades, seja pelo funcionalismo, como a Capital, ou por gozar de uma posição privilegiada no entroncamento das vias de comunicação, como Meia Ponte, e em todo caso pela maior densidade populacional.

17 - Educação e Cultura

A criação da Carta da Reforma do Ensino, em 1972, apresentou o mais importante passo para o desenvolvimento educacional, no Estado de Goiás. Preconizada pela Lei 5.692/71, que trouxe para o Brasil um novo conceito em educação – apoiado nos princípios de integração, descentralização, atualização, e profissionalização – a Carta Escolar do Estado de Goiás foi reivindicada pelo Ministério de Educação e Cultura e serviu de modelo na reforma do ensino que está sendo implantado no País.

A Secretária de Educação e Cultura do Estado de Goiás aparelhou-se para acompanhar as profundas modificações do ensino, e criou novos meios para atender aos desafios do alto índice de flexibilidade da capacidade humana, no campo da educação. Montou moderna estrutura de trabalho e adotou soluções que acionaram o Sistema de Educacional do Estado. Na política integrada de educação- ciência- tecnológica, o Estado de Goiás tem baseado sua ação, no campo educacional, na busca de meios capazes de promover o desenvolvimento e o bem estar social do povo goiano.

I - Ensino de 1º Grau

Nos anos de 1975 e 1977, a matrícula foi aumentada em 26 por cento no 1º grau. De acordo com o convênio PREMEN/Estado de Goiás, a Escola Polivalente Modelo de Goiânia, constituiu um Projeto específico, tendo iniciado seu funcionamento em 1973.

Integrando recursos físicos, segurança e desenvolvimento, a rede escolar de 1º grau expandiu-se a ritmo ideal de atendimento da demanda escolar, na faixa de escolarização obrigatória.

II - Ensino de 2º Grau

A matrícula no 2º grau, nos anos de 1975 a 1977 foi aumentada em 51 por cento.

A partir de 1974, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos oficiais ou convencionados com o Estado adotaram a filosofia geral da Reforma do Ensino.

Promovendo a qualificação profissional do estudante, para maior produtividade do Estado, após sua integração harmônica no complexo educação-consumo, educação-produção, a rede de ensino de 2º Grau também se expandiu nos últimos quatro anos.

III - Ensino Supletivo

A educação não formal tem merecido uma toda especial. São utilizadas novas técnicas que permitiram alcançar o maior número de adolescentes e adultos e otimizar os resultados da educação supletiva, a partir de suas quatro funções básicas: suplência, suprimento, aprendizado e qualificação.

A partir de 1973, o Departamento de Ensino Supletivo, criado pela Reforma, responsabilizou-se pelo planejamento, coordenação e avaliação do ensino supletivo em todo o Estado.

IV - Aprendizagem e Qualificação

Focaliza a necessidade de oferecerem cursos de aprendizagem ou qualificação profissional a alunos de mais de 14 anos.

No sentido de oferecer mais aprendizagem e melhores condições de vida àqueles que não possuem qualificação especial profissional, realizou-se em 1973, um trabalho intenso de pesquisa, nas áreas de atividades profissionais, para que os setores prioritários a serem atendidos, de acordo com o mercado de trabalho regional e local, fossem identificados. De análise, selecionaremos projetos de cursos profissionalizantes que foram desenvolvidos, mediante convênios com o SENAI, PIPMO, LBA e EFORMAGO.

V - Educação Especial

Em outubro de 1971, a Secretária de Educação e Cultura firmou convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social e, em consequência, foram ampliadas as oficinas pedagógicas – sapataria, encadernação, carpintaria e marcenaria – do Instituto Pestalozzi, escola oficial do Estado, e que atendia a 338 deficientes mentais e auditivos.

No campo da educação especial no Estado, o Governo atendeu ao artigo nº 9 da Lei 5692, oferecendo oportunidade aos alunos excepcionais que não podem se beneficiar dos processos de escolarização comum. Ainda, com a efetivação do convênio, foram adquiridos novos aparelhos para a reeducação dos surdos.

VI - Ensino Superior

O Estado de Goiás tem ampliado e muito, o ensino superior, quer em qualidade como em quantidade.

18 - Saúde

Os recursos humanos do setor de saúde no Estado de Goiás, são qualitativa e quantitativamente insuficientes. As taxas por 10 mil habitantes dos principais profissionais e auxiliares revelam-se bastante baixas: 4,08 para médicos, 1,90 para odontólogos, 0,64 para enfermeiros. 52 por cento dos médicos e 62 por cento dos dentistas exerciam a profissão em Goiânia. Portanto, 60 por cento dos municípios não contavam com médicos, enquanto que somente 42 por cento deles possuem dentistas.

O governo estadual, num esforço total, concentrou-se na produção de medicamentos através da IQEGO e na prática da medicina preventiva com campanhas de vacinação das populações, realizadas pela OSEGO.

As condições sanitárias ainda não atingiram, nesse Estado, um padrão satisfatório e desejável. São observadas altas taxas de mortalidade por doenças transmissíveis e por causas pré-natais. A mortalidade infantil, por exemplo, é muito elevada, notando-se que, de cada grupo de mil nascidos vivos, 103 morreram antes de completar um ano. As doenças transmissíveis representa a primeira causa de hospitalização e de morte.

A situação preocupa pela precariedade da infra-estrutura existente no setor.

Nos quatro últimos anos, o governo procurou o máximo de atenção ao problema da saúde pública, visando proteger o homem.

Foram criadas Organizações como a OSEGO e IPASGO, que desempenham um importante papel.

São executados programas de vacinação contra a febre amarela, a hepatite, a tuberculose e a Meningite, poliomielite, varíola, tétano, difteria, coqueluche, febre tifóide, raiva, sarampo, gripe, etc.

O FUNRURAL, em conjunto com a ACAR- Goiás vem beneficiando o homem do campo, afim de ajudá-lo na luta pela sobrevivência às doenças.

Os serviços de saneamento básico, no Estado de Goiás, tem recebido um substancial incremento através da SANEAGO e do PLANASA.